

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	129
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	131
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	133
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	691.553
Preferenciais	341.944
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	8.758.319	8.118.763
1.01	Ativo Circulante	1.746.076	2.859.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64.676	123.868
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.265	345
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	63.411	123.523
1.01.03	Contas a Receber	138.430	96.055
1.01.03.01	Clientes	138.430	96.055
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.740	21.271
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.740	21.271
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	55.740	21.271
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.487.230	2.618.234
1.01.08.03	Outros	1.487.230	2.618.234
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	439.985	1.938.765
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	946.459	606.372
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	28.547	17.943
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	68.516	54.362
1.01.08.03.05	Outros ativos	3.723	792
1.02	Ativo Não Circulante	7.012.243	5.259.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.793.302	2.909.165
1.02.01.03	Contas a Receber	10.528	0
1.02.01.03.01	Clientes	10.528	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	182.966	281.346
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	182.966	281.346
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.599.808	2.627.819
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	70.747	47.634
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	4.509.723	2.571.589
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	7.596	4.997
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	11.742	3.599
1.02.02	Investimentos	2.193.499	2.328.478
1.02.02.01	Participações Societárias	2.193.499	2.328.478
1.02.03	Imobilizado	17.986	16.837
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.986	16.837
1.02.04	Intangível	7.456	4.855
1.02.04.01	Intangíveis	7.456	4.855

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	8.758.319	8.118.763
2.01	Passivo Circulante	867.197	446.339
2.01.02	Fornecedores	16.629	9.938
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.629	9.938
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.961	7.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.961	7.878
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.961	7.878
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	762.319	279.491
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	403.964	16.292
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	403.964	16.292
2.01.04.02	Debêntures	358.355	263.199
2.01.05	Outras Obrigações	75.288	149.032
2.01.05.02	Outros	75.288	149.032
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	99.648
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	54.489	33.696
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	20.794	15.688
2.02	Passivo Não Circulante	3.779.972	3.575.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.483.751	3.420.951
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.665	1.451
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.665	1.451
2.02.01.02	Debêntures	3.480.086	3.419.500
2.02.02	Outras Obrigações	39.028	38.503
2.02.02.02	Outros	39.028	38.503
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	39.028	38.503
2.02.03	Tributos Diferidos	254.669	114.849
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	254.669	114.849
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	254.669	114.849
2.02.04	Provisões	2.524	878
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.524	878
2.03	Patrimônio Líquido	4.111.150	4.097.243
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	201.059	460.701
2.03.04.01	Reserva Legal	118.526	118.526
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	82.533	82.533
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	259.642
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	273.549	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	219.939	424.719	156.705	314.669
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.725	-73.838	-11.553	-24.449
3.02.01	Pessoal e Administradores	-6.233	-12.512	-6.162	-12.365
3.02.02	Material	-19.958	-46.973	-2.054	-3.881
3.02.03	Serviços de Terceiros	-7.688	-10.045	-2.964	-5.396
3.02.04	Depreciação e Amortização	-171	-331	-110	-217
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.675	-3.977	-263	-2.590
3.03	Resultado Bruto	184.214	350.881	145.152	290.220
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.838	12.049	571	29.967
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.057	-38.065	-16.749	-29.249
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-11.736	-22.438	-5.488	-11.471
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-7.175	-10.355	-9.960	-16.173
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-256	-524	-259	-520
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-890	-4.748	-1.042	-1.085
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.219	50.114	17.320	59.216
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	176.376	362.930	145.723	320.187
3.06	Resultado Financeiro	-63.324	-129.064	-60.142	-127.172
3.06.01	Receitas Financeiras	32.154	69.609	16.635	25.724
3.06.02	Despesas Financeiras	-95.478	-198.673	-76.777	-152.896
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	113.052	233.866	85.581	193.015
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.649	39.683	-11.635	-23.247
3.08.01	Corrente	-20.971	-44.575	-16.093	-28.463
3.08.02	Diferido	10.322	84.258	4.458	5.216
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.403	273.549	73.946	169.768
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	102.403	273.549	73.946	169.768
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.99.01.02	PN	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
3.99.02.02	PN	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	102.403	273.549	73.946	169.768
4.03	Resultado Abrangente do Período	102.403	273.549	73.946	169.768

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	420.146	360.093
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	112.525	75.130
6.01.01.01	Resultado do Período	273.549	169.768
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-50.114	-59.216
6.01.01.03	Depreciação e amortização	855	737
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos e Financiamentos	6.764	67.477
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	189.576	82.942
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	-39.683	23.247
6.01.01.07	Provisão (reversão) fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-429	570
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-3.959	-4.317
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-265.645	-207.638
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	1.611	1.560
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	307.621	284.963
6.01.02.01	(Aumento) em Clientes	-5.157	-5.489
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	378.630	306.730
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-22.545	297
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-35.027	-19.718
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Créditos	-8.177	-3.913
6.01.02.08	Redução no Saldo de Fornecedores	-2.222	-5.428
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	10.527	2.935
6.01.02.10	Aumento (redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-9.345	9.549
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas em conjunto	937	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-200.063	-1.477
6.02.03	Redução no saldo de títulos e valores mobiliários	1.503.484	0
6.02.04	Aquisição de coligadas	-1.691.415	0
6.02.05	Caixa oriundo da incorporação de subsidiárias	143.278	0
6.02.06	Adições no Imobilizado e Intangível	-1.954	-1.477
6.02.07	Aumento de capital nas controladas	-153.456	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-279.275	634.477
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-283.956	-9.577
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.206	-1.534
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-33.834	-44.984
6.03.06	Dividendos pagos	-359.285	-214.267
6.03.07	Captação de notas promissórias	399.744	904.839
6.03.08	Captação de novos empréstimos	2.262	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-59.192	993.093
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.868	265.593
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64.676	1.258.686

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-259.642	0	0	-259.642
5.04.08	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-259.642	0	0	-259.642
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	273.549	0	273.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	273.549	0	273.549
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	201.059	273.549	0	4.111.150

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-214.267	0	0	-214.267
5.04.08	Aprovação dos Dividendos Adicionais	0	0	-214.267	0	0	-214.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.768	0	169.768
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.768	0	169.768
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	131.162	169.768	0	2.207.973

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	462.149	342.882
7.01.02	Outras Receitas	462.149	342.882
7.01.02.01	Operação e Manutenção	163.383	133.772
7.01.02.02	Construção e Indenização	41.723	2.839
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	265.645	207.638
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-8.602	-1.367
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-74.941	-27.863
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-67.373	-25.450
7.02.04	Outros	-7.568	-2.413
7.02.04.01	Despesas Gerais, administrativas e outras	-7.568	-2.413
7.03	Valor Adicionado Bruto	387.208	315.019
7.04	Retenções	-855	-737
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-855	-737
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	386.353	314.282
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	119.723	84.940
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.114	59.216
7.06.02	Receitas Financeiras	69.609	25.724
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	506.076	399.222
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	506.076	399.222
7.08.01	Pessoal	29.489	19.962
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.194	12.689
7.08.01.02	Benefícios	8.950	6.410
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.345	863
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.365	56.596
7.08.02.01	Federais	4.068	56.319
7.08.02.02	Estaduais	116	163
7.08.02.03	Municipais	181	114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	198.673	152.896
7.08.03.01	Juros	196.340	150.420
7.08.03.03	Outras	2.333	2.476
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	273.549	169.768
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	273.549	169.768

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	9.161.668	9.584.907
1.01	Ativo Circulante	1.903.437	3.762.674
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	131.378	538.696
1.01.01.01	Caixa e Bancos	7.958	53.545
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	123.420	485.151
1.01.03	Contas a Receber	148.075	155.073
1.01.03.01	Clientes	148.075	155.073
1.01.06	Tributos a Recuperar	74.229	70.711
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	74.229	70.711
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	74.229	70.711
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.549.755	2.998.194
1.01.08.03	Outros	1.549.755	2.998.194
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	486.636	1.938.765
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro	1.006.270	1.006.283
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	6.386	4.244
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	367	967
1.01.08.03.05	Outras Contas a Receber	46.373	44.212
1.01.08.03.06	Outros Ativos	3.723	3.723
1.02	Ativo Não Circulante	7.258.231	5.822.233
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.377.029	5.635.748
1.02.01.03	Contas a Receber	11.113	0
1.02.01.03.01	Clientes	11.113	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	219.004	281.346
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	219.004	281.346
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.146.912	5.354.402
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	93.263	149.156
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	5.016.587	5.166.859
1.02.01.09.05	Impostos e Contribuições Sociais	16.410	19.215
1.02.01.09.06	Outras Contas a Receber	7.556	6.663
1.02.01.09.07	Depositos Judiciais	13.096	12.509
1.02.02	Investimentos	1.855.758	161.733
1.02.02.01	Participações Societárias	1.855.758	161.733
1.02.03	Imobilizado	17.986	17.458
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.986	17.458
1.02.04	Intangível	7.458	7.294
1.02.04.01	Intangíveis	7.458	7.294

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	9.161.668	9.584.907
2.01	Passivo Circulante	907.897	642.962
2.01.02	Fornecedores	17.704	26.417
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.704	26.417
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.760	21.548
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.760	21.548
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.760	21.548
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	796.212	421.715
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	437.857	158.516
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	403.964	112.621
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.893	45.895
2.01.04.02	Debêntures	358.355	263.199
2.01.05	Outras Obrigações	79.221	173.282
2.01.05.02	Outros	79.221	173.282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	99.648
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	56.756	51.447
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	22.460	22.187
2.02	Passivo Não Circulante	4.142.621	4.844.702
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.791.188	4.316.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	311.102	896.820
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.697	420.880
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	307.405	475.940
2.02.01.02	Debêntures	3.480.086	3.419.500
2.02.02	Outras Obrigações	40.784	47.910
2.02.02.02	Outros	40.784	47.910
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	40.784	47.910
2.02.03	Tributos Diferidos	308.125	477.519
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	308.125	477.519
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	123	164.134
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	308.002	313.385
2.02.04	Provisões	2.524	2.953
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.524	2.953
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.111.150	4.097.243
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	201.059	460.701
2.03.04.01	Reserva Legal	118.526	118.526
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	82.533	82.533
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	259.642
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	273.549	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	263.355	526.623	176.519	354.566
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.531	-98.548	-13.867	-29.095
3.02.01	Pessoal e administradores	-6.233	-12.694	-6.824	-13.371
3.02.02	Material	-24.536	-55.913	-2.178	-4.130
3.02.03	Serviços de terceiros	-14.209	-24.096	-3.717	-6.701
3.02.04	Depreciação e amortização	-171	-331	-110	-217
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.382	-5.514	-1.038	-4.676
3.03	Resultado Bruto	215.824	428.075	162.652	325.471
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.092	-34.534	-12.292	2.619
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.265	-40.221	-17.262	-30.338
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-11.737	-22.462	-6.010	-12.013
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-8.301	-12.180	-10.267	-16.615
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-256	-524	-259	-520
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-971	-5.055	-726	-1.190
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.173	5.687	4.970	32.957
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	197.732	393.541	150.360	328.090
3.06	Resultado Financeiro	-91.961	-155.822	-62.494	-130.858
3.06.01	Receitas Financeiras	41.058	82.733	17.825	27.992
3.06.02	Despesas Financeiras	-133.019	-238.555	-80.319	-158.850
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	105.771	237.719	87.866	197.232
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.368	35.830	-13.920	-27.464
3.08.01	Corrente	-26.356	-60.124	-19.307	-34.655
3.08.02	Diferido	22.988	95.954	5.387	7.191
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.403	273.549	73.946	169.768
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	102.403	273.549	73.946	169.768
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	102.403	273.549	73.946	169.768
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.99.01.01	ON	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
3.99.01.02	PN	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
3.99.02.02	PN	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	102.403	273.549	73.946	169.768
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	102.403	273.549	73.946	169.768
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	102.403	273.549	73.946	169.768

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	517.537	401.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	115.532	79.622
6.01.01.01	Resultado do Período	273.549	169.768
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-5.687	-32.957
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	855	737
6.01.01.04	Provisão (reversão) fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-429	564
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos	45.144	73.203
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	189.576	82.943
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	-35.830	27.464
6.01.01.08	Tributos diferidos	-7.954	-4.784
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-340.584	-238.862
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	1.618	1.546
6.01.01.11	Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	-4.726	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	402.005	321.416
6.01.02.01	(Aumento) em clientes	-5.733	-7.407
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	490.870	350.637
6.01.02.03	Aumento no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	-31.357	-572
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-36.268	-24.977
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Créditos	-6.185	-5.482
6.01.02.08	Redução do Saldo de Fornecedores	-8.713	-5.395
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	5.309	3.301
6.01.02.10	Aumento (redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-6.855	11.311
6.01.02.11	Dividendos Recebidos das Controladas em conjunto	937	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-180.216	-1.865
6.02.03	Redução (Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	1.512.748	-387
6.02.04	Aquisição de coligadas	-1.691.415	0
6.02.05	Adições no Imobilizado e Intangível	-1.549	-1.478
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-744.639	618.793
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-730.698	-20.355
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-22.860	-6.440
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-33.834	-44.984
6.03.06	Dividendos pagos	-359.285	-214.267
6.03.07	Captação de Notas Promissórias	399.744	904.839
6.03.08	Captação de novos empréstimos	2.294	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-407.318	1.017.966
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	538.696	289.683
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	131.378	1.307.649

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-259.642	0	0	-259.642	0	-259.642
5.04.08	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-259.642	0	0	-259.642	0	-259.642
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	273.549	0	273.549	0	273.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	273.549	0	273.549	0	273.549
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	201.059	273.549	0	4.111.150	0	4.111.150

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-214.267	0	0	-214.267	0	-214.267
5.04.08	Aprovação dos Dividendos Adicionais	0	0	-214.267	0	0	-214.267	0	-214.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.768	0	169.768	0	169.768
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.768	0	169.768	0	169.768
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	131.162	169.768	0	2.207.973	0	2.207.973

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	577.992	386.327
7.01.02	Outras Receitas	577.992	386.327
7.01.02.01	Operação e Manutenção	202.022	146.053
7.01.02.02	Construção e Indenização	50.435	2.839
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	340.584	238.862
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-15.049	-1.427
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-101.422	-31.984
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-92.189	-27.446
7.02.04	Outros	-9.233	-4.538
7.02.04.01	Despesas Gerais, Administrativas e outras	-9.233	-4.538
7.03	Valor Adicionado Bruto	476.570	354.343
7.04	Retenções	-855	-737
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-855	-737
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	475.715	353.606
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.420	60.949
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.687	32.957
7.06.02	Receitas Financeiras	82.733	27.992
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	564.135	414.555
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	564.135	414.555
7.08.01	Pessoal	29.635	21.262
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.233	13.431
7.08.01.02	Benefícios	9.044	6.905
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.358	926
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.396	64.675
7.08.02.01	Federais	22.032	64.352
7.08.02.02	Estaduais	171	207
7.08.02.03	Municipais	193	116
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	238.555	158.850
7.08.03.01	Juros	234.720	156.146
7.08.03.03	Outras	3.835	2.704
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	273.549	169.768
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	273.549	169.768

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até o 2º trimestre de 2013

✓ Aquisição de coligadas

Em 31 de maio de 2013 a Taesa adquiriu participações nas empresas do Grupo TBE.

✓ Incorporação de subsidiárias integrais e transferência de controle

Em 31 de janeiro de 2013 a Taesa incorporou a UNISA, ATE, STE e NTE. Nessa mesma data, também, ocorreram as transferências de controle da ATE II e ATE III, detidos pela UNISA, para a Taesa.

Em 30 de junho de 2013 a Taesa incorporou a ATE II.

✓ Mudança de prática contábil

A adoção da IFRS 11 foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2013 e resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012, eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19(R2), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre joint ventures e joint operations e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como joint ventures e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais de 30 de junho de 2013 (em 30 de junho de 2012 a UNISA, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa). Cabe ressaltar que, em 30 de junho de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalentes ao IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e IAS 1 "Presentation of Financial Statements", respectivamente, essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos

Comentário do Desempenho

de caixa e dos valores adicionados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação.

Em 30 de junho de 2013 a demonstração do resultado consolidado era composta da seguinte forma:

- Empresas consolidadas linha a linha:
 - Resultado de janeiro a junho de TAESA, ATE II, ATE III e SGT
 - Resultado de janeiro da STE, ATE e NTE (subsidiárias incorporadas)
- Empresas consolidadas pela equivalência patrimonial:
 - Resultado de janeiro a junho de ETAU e Brasnorte
 - Resultado de junho do Grupo TBE

Em 30 de junho de 2012 a demonstração do resultado consolidado era composta da seguinte forma:

- Empresas consolidadas linha a linha:
 - Resultado de janeiro a junho da TAESA, NTE e SGT
- Empresas consolidadas pela equivalência patrimonial:
 - Resultado de janeiro a junho da UNISA, ETAU e Brasnorte

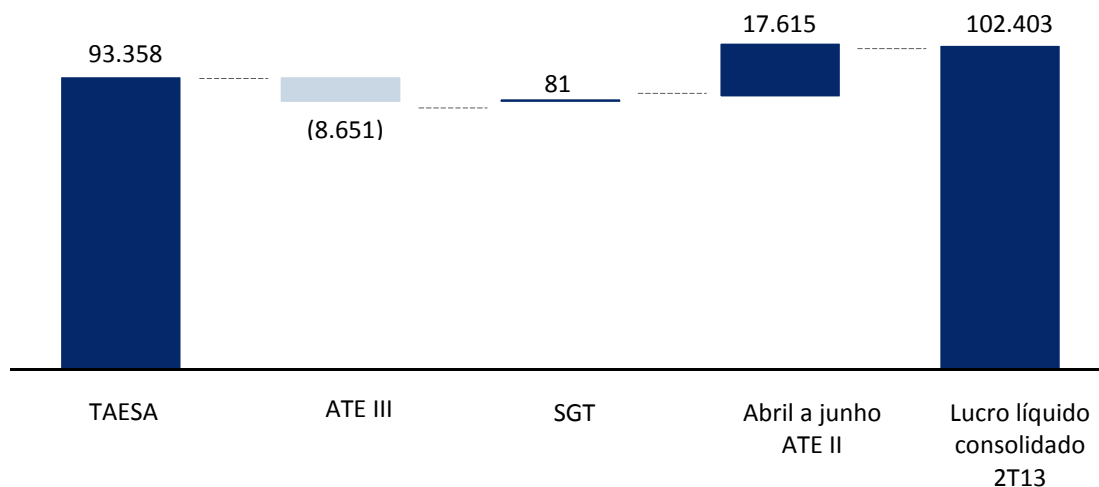
1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no segundo trimestre de 2013, um resultado consolidado de R\$102.403, apresentando um aumento de 38,5% em relação ao resultado de R\$73.946 alcançado no mesmo período em 2012.

Comentário do Desempenho

Composição do Lucro Líquido do 2T13



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 2T13.

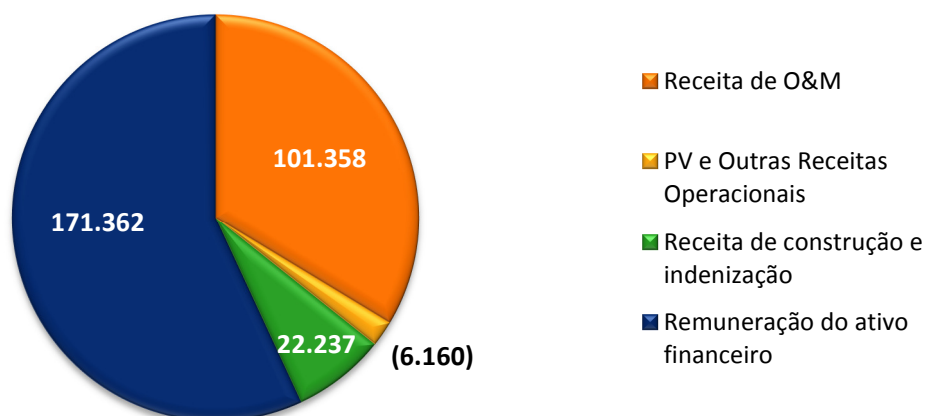
1.2 Detalhamento das Receitas

No segundo trimestre de 2013, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$288.797, apresentando um aumento de 50,1% em relação ao mesmo período em 2012.

ROB	2T13	2T12	Var.	Var.%
Consolidado	288.797	192.353	96.444	50,1%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

Composição das receitas do 2T13



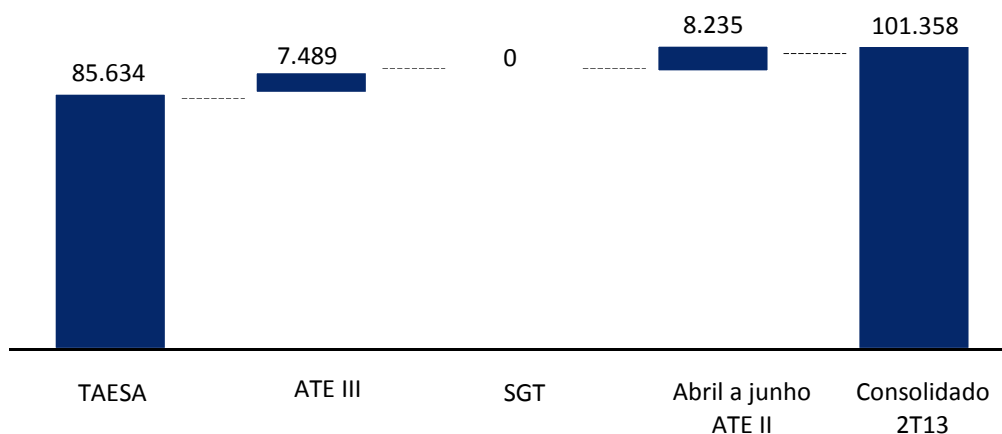
Comentário do Desempenho

1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	2T13	2T12	Var.	Var.%
Consolidado	101.358	72.983	28.375	38,9%

Composição da Receita de O&M do 2T13



- A variação foi impactada principalmente pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. STE, ATE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$24.604; e
- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 4,26% e IPCA: 4,99% - ciclo de julho 2012 a junho 2013).

1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

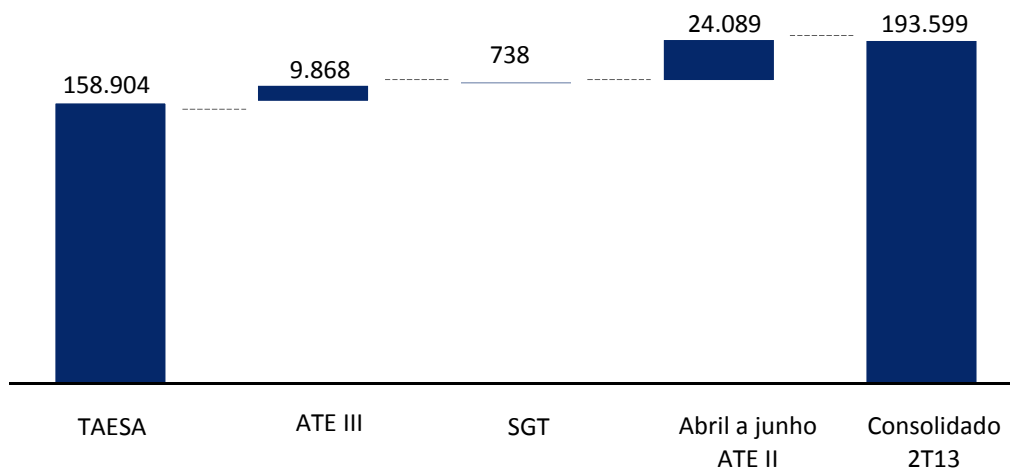
Receita	2T13	2T12	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	22.237	1.653	20.584	1245,3%
Remuneração do ativo financeiro	171.362	118.780	52.582	44,3%
Consolidado	193.599	120.433	73.166	60,8%

No segundo trimestre de 2013 a receita de construção e Indenização da Taesa consolidada somou R\$22.237, enquanto no mesmo período em 2012 somou R\$1.653, devido aos reforços realizados no período.

Comentário do Desempenho

No segundo trimestre de 2013, a Taesa alcançou uma Remuneração do ativo financeiro consolidado de R\$171.362, apresentando um aumento de 44,3% em relação ao mesmo período em 2012.

Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 2T13



- A variação foi impactada principalmente pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. STE, ATE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$57.042;
- São Gotardo contribuiu com R\$738;
- Receita de construção referentes a realização de reforço na concessão TSN contribuiu com R\$18.006; e
- Receita de remuneração do ativo financeiro menor em consequência da redução do saldo do ativo financeiro devido aos recebimentos no período.

1.2.3 PV e outras receitas operacionais

Refere-se às provisões de parcela variável e às outras receitas que são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto, ETAU e BRASNORTE.

Outras Receitas	2T13	2T12	Var.	Var. %
Consolidado	(6.160)	(1.063)	(5.097)	479,3%

- A variação foi impactada principalmente pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. STE, ATE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$4.161.

Comentário do Desempenho

1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No segundo trimestre de 2013, as deduções à Receita operacional foram de R\$25.442, apresentando um aumento de 60,7% sobre o mesmo período em 2012. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre o Faturamento. No segundo trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$12.354, apresentando um aumento de 78,6% sobre o mesmo período em 2012, como fruto das variações da receita explicadas anteriormente (como por exemplo, efeito de consolidação da UNISA).

PIS e COFINS	2T13	2T12	Var.	Var.%
Consolidado	(12.354)	(6.918)	(5.436)	78,6%

1.3.2 ISS

O ISS é calculado com a aplicação de percentuais sobre a Receita de serviços. No segundo trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$11, não apresentando variação sobre o mesmo período em 2012.

ISS	2T13	2T12	Var.	Var.%
Consolidado	(11)	(11)	-	0,0%

1.3.3 Quota para RGR e P&D

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR). No segundo trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$13.077, apresentando um aumento de 46,9% sobre o mesmo período em 2012, principalmente pelos efeitos de consolidação da UNISA descritos anteriormente.

RGR e P&D	2T13	2T12	Var.	Var.%
Consolidado	(13.077)	(8.905)	(4.172)	46,9%

Variações

Com exceção da RGR, cujo valor é definido pela ANEEL, os demais impostos e encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre o Faturamento ou Receita operacional líquida. Sendo assim, suas variações decorrem da evolução da Receita.

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no segundo trimestre de 2013, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$263.355, apresentando um aumento de 49,2% em relação ao mesmo período em 2012.

ROL	2T13	2T12	Var.	Var. %
Consolidado	263.355	176.519	86.836	49,2%

A variação é justificada pelas explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita. Abaixo destacamos os impactos pelas novas regras contábeis e novas aquisições:

- A variação foi impactada principalmente pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. STE, ATE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$68.923; e
- São Gotardo contribuiu com R\$711.

1.4 Custos e Despesas (excluindo Resultado Financeiro)

No segundo trimestre de 2013, a Taesa registrou R\$68.796 de Custos e Despesas operacionais, apresentando um aumento de 121% em relação ao mesmo período de 2012.

Custos, Desp. e Receitas Operacionais	2T13	2T12	Var.	Var. %
Pessoal e Administradores	(17.970)	(12.834)	(5.136)	40,0%
Material	(24.536)	(2.178)	(22.358)	1026,5%
Serviços de Terceiros	(22.510)	(13.984)	(8.526)	61,0%
Outros	(3.353)	(1.764)	(1.589)	90,1%
Total	(68.369)	(30.760)	(37.609)	122,3%
Dep/Amort	(427)	(369)	(58)	15,7%
Total	(68.796)	(31.129)	(37.667)	121,0%

As principais variações estão ligadas a desconsolidação proporcional da controlada em conjunto UNISA no 2T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial) e à consolidação da São Gotardo (concessão adquirida via leilão 005/2012 em junho de 2012) e aos registros de custos de construção referente ao reforço na concessão TSN. Adicionalmente, no segundo semestre de 2012, nossa participação na UNISA passou a ser integral. Desta forma, em 2013 a UNISA está integralmente consolidada.

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 2T13:

Comentário do Desempenho

1.4.1 Pessoal e Administradores

A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. ATE, STE e ATE II contribuíram com R\$1.330. Outros impactos decorrem de aumento nas despesas com salários e remuneração, PLR e previdência privada na TAESA.

1.4.2 Material

A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. ATE, STE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$4.123; SGT contribuiu com R\$626; e aumento nos custos de construção referente ao reforço na concessão TSN contribuiu com R\$17.149.

1.4.3 Serviço de Terceiros

A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. ATE, STE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$12.575; e Taesa apresentou uma otimização nos custos e despesas com serviços de terceiros no valor de R\$3.928, onde foram reduzidos gastos com consultorias e publicações.

1.4.4 Outros

A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. ATE, STE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$1.156; e outros impactos decorrem de aumento nas despesas com condomínio e aluguel do escritório.

1.5 Resultado Financeiro

No segundo trimestre de 2013, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$91.961 de despesa financeira líquida, apresentando um aumento na despesa financeira líquida de 47,2% em relação ao mesmo período em 2012.

Resultado Financeiro	2T13	2T12	Var.	Var. %
Receitas Financeiras				
Renda de aplicação financeira	35.212	17.825	17.387	97,50%
Variações cambiais – depósitos vinculados	5.846	-	5.846	-
Total das receitas financeiras	41.058	17.825	23.233	130,30%
Despesas Financeiras				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(41.008)	(39.136)	(1.872)	4,78%
- Debêntures	(90.383)	(39.153)	(51.230)	130,85%
Outras Despesas Financeiras	(1.628)	(2.030)	402	-19,80%
Total das despesas financeiras	(133.019)	(80.319)	(52.700)	65,60%
Total	(91.961)	(62.494)	(29.467)	47,20%

Comentário do Desempenho

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 2T13:

1.5.1 Renda de aplicação financeira

O aumento na renda de aplicação financeira foi influenciado pela entrada de recursos do Re-IPO ocorrido em julho de 2012, os quais permaneceram aplicados até o mês de maio 2013. ATE, STE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$5.126; e SGT contribuiu com R\$25.

1.5.2 Variações cambiais – depósitos vinculados

O incremento de variações cambiais deve-se às contas correntes (contas reservas) da atual incorporada ATE II e da controlada ATE III vinculadas ao BID, ambas em US\$.

1.5.3 Empréstimos e financiamentos

Encargos de dívidas

No segundo trimestre de 2013 houve redução dos encargos de dívidas dos empréstimos no valor de R\$27.607. A diminuição dos encargos de dívidas dos empréstimos foi influenciada pela liquidação das notas promissórias em novembro de 2012 e pela liquidação do empréstimo da NTE com o BNDES no primeiro trimestre de 2013.

Variações monetárias e cambiais líquidas

O empréstimo da NTE com o BNDES não gerou variações monetárias líquidas no 2º trimestre de 2013, pois foi quitado no 1º trimestre de 2013.

A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. O incremento de variações cambiais deve-se às dívidas da atual incorporada ATE II e da controlada ATE III vinculadas ao BID, ambas em US\$.

Os fatos supracitados contribuíram com uma variação negativa de R\$29.479.

1.5.4 Debêntures

No segundo trimestre de 2013 houve um aumento dos encargos de dívidas das debêntures no valor de R\$30.200 e um aumento das variações monetárias líquidas no valor de R\$21.030. Ambos aumentos foram influenciados pela 3ª emissão de debêntures em outubro de 2012.

Comentário do Desempenho

1.5.5 Outras despesas financeiras

A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T12. ATE, STE, ATE II e ATE III contribuíram com R\$776; e SGT contribuiu com R\$6.

1.6 Impostos

No segundo trimestre de 2013 a Taesa apurou R\$3.368 de Imposto de renda e contribuição social, apresentando uma redução na despesa de 75,8% em relação ao mesmo período em 2012.

Impostos	2T13	2T12	Var.	Var. %
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.356)	(19.307)	(7.049)	36,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.988	5.387	17.601	326,7%
Total	(3.368)	(13.920)	10.552	-75,8%

- A variação foi impactada pela desconsolidação de 50% da UNISA no 2T2012. ATE, STE e ATE II contribuíram com R\$19.677 negativos e ATE III contribuiu com R\$6.867 positivos;
- Benefício fiscal da NTE contribuiu com R\$3.574 no segundo trimestre de 2012 e não gerou efeito para o primeiro semestre de 2013 (vide nota explicativa nº 19); e
- Como consequência do processo de incorporação da subsidiária integral ATE II, ocorrido em 30 de junho de 2013, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo assim a diferença temporária passiva anteriormente existente no valor de R\$7.463.

1.7 Relacionamento com os Auditores Independentes

Conforme comunicado ao mercado feito pela Companhia em 25 de abril de 2012 a Companhia trocou seus auditores independentes a partir do exercício de 2012, em função do disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99.

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos no valor de R\$963 mil anuais (valor original), reajustados pelo IGP-M. Ainda durante o exercício de 2012 foi efetuado um aditivo ao contrato para inclusão de (i) novas entidades integralmente adquiridas no escopo dos trabalhos e (ii) elaboração de laudos de acervo líquido contábil de determinadas subsidiárias no montante de R\$437 mil. Em 2012 a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no valor de R\$1.843 mil, que se referiram basicamente a emissão de carta conforto no envolvimento de

Comentário do Desempenho

auditores no processo de oferta de emissão de Units e emissão de Debêntures da Companhia.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o período findo em 30 de junho de 2013, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
14. PARTES RELACIONADAS
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR
22. COBERTURA DE SEGUROS
23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
24. RESULTADO POR AÇÃO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
29. OUTRAS INFORMAÇÕES
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro nº 20, 6º e 10º andares, salas 601, 602, 1.002 e 1.003, no Centro - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (i) estudos e atividades de planejamento; (ii) análises químicas em materiais e equipamentos; (iii) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, e comissionamento; (iv) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (v) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - Em 30 de junho de 2013 a Companhia tinha como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), sociedade anônima de capital aberto, e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - ("FIP Coliseu"). Vide nota explicativa nº 20.

A Resolução Autorizativa Aneel nº 4.108, de 14 de maio de 2013, anuiu à transferência de controle societário direto da Companhia, detido pela Cemig GT, para a Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig") mediante redução de capital. A Cemig GT tem um prazo para implementação desta operação de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta Resolução ocorrida em 29 de maio de 2013. Até o momento este processo não foi concluído.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas - A Companhia possui participação societária nas seguintes empresas:

- Controladas: ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III") e São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT").

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Controladas em conjunto: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU") e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte").
- Coligadas: Com participação direta - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE"), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE"), Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE"), Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") e Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP"). Com participação indireta - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC"), Lumitrans Companhia Transmissora de Energia S.A. ("Lumitrans"), Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE") e Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE"). Com participação direta e indireta - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE"). Todas as empresas citadas acima são denominadas em conjunto "Grupo TBE". As empresas do Grupo TBE foram adquiridas pela Taesa em 31 de maio de 2013, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, ETAU e Brasnorte), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE) e São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia vide nota explicativa nº 12.

Incorporações de subsidiárias integrais

- ATE, STE, NTE e UNISA - A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União 17 de janeiro de 2013, anuiu à reestruturação societária da Taesa, mediante as incorporações da Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE") e ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE") na União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. ("UNISA") e em ato contínuo da Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE") e da UNISA na Taesa, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas e as transferências do controle societário da ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II") e ATE III, detidas diretamente pela UNISA para a Taesa (controladora indireta dessas empresas). A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013. A Companhia enviou para a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a documentação comprobatória da operação.

A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012.

- ATE II - A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.154, de 18 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 27 de junho de 2013, anuiu a transferência da ATE II Transmissora de Energia S.A., mediante incorporação desta pela Taesa. A referida operação de reestruturação ocorreu em 30 de junho de 2013. A Companhia enviou para

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a documentação comprobatória da operação.

As Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE II e da Taesa, ambas realizadas em 28 de junho de 2013, aprovaram a incorporação, pela Companhia, da ATE II nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 12 de junho de 2013.

Todas as empresas incorporadas eram controladas diretas e subsidiárias integrais da Taesa. As incorporações se justificam na medida em que estão inseridas no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e aproveitamento da estrutura administrativa e financeira da Companhia.

As incorporações não geraram modificação do capital social da Companhia (uma vez que se trata de incorporação de subsidiárias integrais) e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de nenhuma relação de troca em decorrência da incorporação.

Devido as características das incorporações, não houve direito de retirada nem de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo de incorporação.

Lei nº 12.783/13 (conversão da Medida Provisória nº 579/12) - aplicabilidade aos contratos de concessão do Grupo Taesa

Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a MP nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

A Lei nº 12.783/13 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/95, que vencem entre 2015 e 2017. Essas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizados pelo Governo Federal. A Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais.

Nesse contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei nº 12.783/13 não são aplicáveis aos contratos de concessão da Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, pelo fato de serem posteriores à publicação da Lei nº 8.987/95, em que ocorreu, inclusive, processo de licitação. Esse entendimento é definido pelos próprios termos da Lei e corroborado por parecer de assessor jurídico externo que efetuou sua análise jurídica.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões - A seguir encontram-se a relação de todas as concessões que o Grupo TAESA possui participação direta ou indiretamente:

	Concessões	Aquisição/ Constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação	Localidade	Km ¹	SE ²
TAESA	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Munirah - Transmissora de Energia	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	51	2
	Patesa - Paraíso Açu Transmissora de Energia	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	135	2
	Novatrans Energia - NVT	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	STE - Sul Transmissora de Energia	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
NTE - Nordeste Transmissora de Energia	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Sergipe	383	4	
CONTROLADAS	ATE III Transmissora de Energia S.A.	30/11/2011 001/2006	27/03/2006 27/03/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ³	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Concessões	Aquisição/ Constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação	Localidade	Km ¹	SE ²
CONTROLADAS EM CONJUNTO	ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/02/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
COLIGADAS	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	31/12/2012 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	31/12/2012 0043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	31/12/2012 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	31/12/2012 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	31/12/2012 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	31/12/2012 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	195	3
	Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	31/12/2012 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	51	2
	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	31/12/2012 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	772	7
	Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE	31/12/2012 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	Empresa Serrana de Transmissão S.A. - ETSE ³	31/12/2012 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
Total						9.408¹	62²

- (1) Quilômetros ("Km") oriundos do CPST - Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão, assinado com o O.N.S.
- (2) As subestações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas 1 vez.
- (3) Subestação em fase de construção.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2 AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

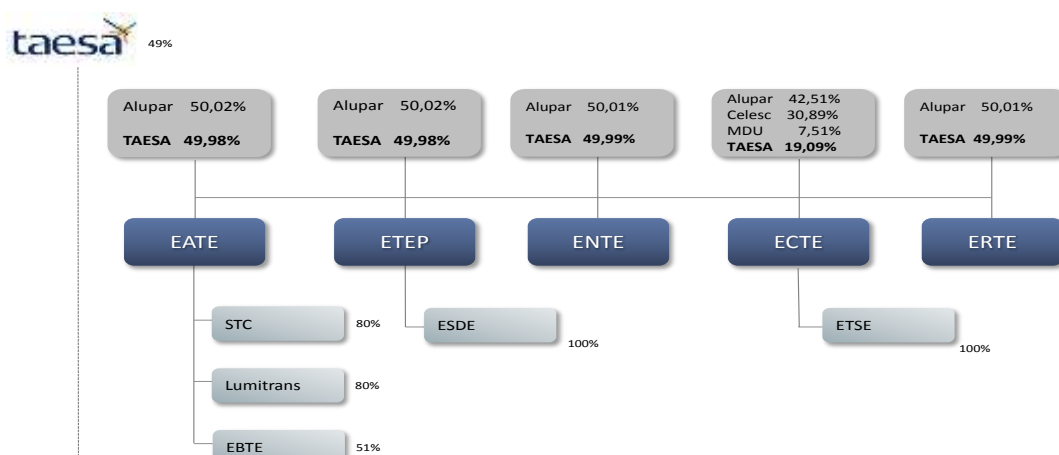
2.1 Aquisição de participações não controladoras

Em 31 de maio de 2013, a Companhia efetuou o desembolso referente ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a CEMIG GT, sua Acionista do Bloco de Controle, e a CEMIG, sua controladora direta, no valor de R\$1.691 milhões (correspondente ao valor definido na data do contrato assinado em 17 de maio de 2012 de R\$1.732 milhões, corrigido pelo CDI desde 31 de dezembro de 2011 até a data da conclusão da operação e descontado dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados neste período), por meio do qual foi transferida a totalidade das participações acionárias detidas anteriormente tanto pela CEMIG quanto pela CEMIG GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica (denominadas em conjunto "Grupo TBE"):

Nome da Sociedade	Participação adquirida TAESA (direta ou indireta)
Coligadas diretas	
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	49,98%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	19,09%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	49,99%
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	49,99%
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	49,98%
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") ¹	49,00%
Coligadas indiretas	
Sistema Catarinense de Transmissão S.A. ("STC")	39,98%
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	49,98%
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	39,98%
Empresa Serrana de Transmissão de Energia S.A. ("ETSE")	19,09%
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	25,49%

¹ A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. Mesmo com uma participação direta e indireta superior a 50% a Taesa possui apenas influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinados entre as partes.

Organograma Grupo TBE



Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Devido as características do setor de transmissão de energia, essas empresas adquiridas enquadram-se contabilmente na interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12). Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem nenhum risco de demanda (Receita Anual Permitida - RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo de cada ativo financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que emana a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, para fins de atendimento ao parágrafo 32 do pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (equivalente à IAS 28 (2012)), pois a operação envolveu a necessidade da aprovação pelos acionistas que não estão sob controle comum à Companhia. Dessa forma, os ativos financeiros das empresas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos mensurados sobre a mais-valia. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas nºs 3.4 e 7. Os demais ativos e passivos também foram mensurados aos seus valores justos na data de aquisição destas participações (31 de maio de 2013).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Adicionalmente, nessa mesma data entraram em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE, por meio dos quais a Companhia detém influência significativa nas empresas do Grupo TBE, e, como tal, estas participações serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As principais cláusulas desses acordos estão listadas abaixo:

(i) A Alupar terá o direito de comprar as ações de emissão da Sociedade pertencentes à TAESA, no caso de a CEMIG deixar ter o controle ou participar do bloco de controle da TAESA.

(ii) As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:

- aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações;

- cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade, criação de sociedades subsidiárias;
- liquidação ou dissolução da referida sociedade;
- alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas;
- participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em joint ventures ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza;
- abertura ou fechamento do capital da referida sociedade; e
- alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias;

(iii) a vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum;

(iv) o Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), sendo que cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas abaixo, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, sendo que o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias abaixo listadas somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:

- eleger e distribuir a remuneração dos Diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos Diretores adicionais às previstas no Estatuto Social;
- aprovar os empréstimos, financiamentos, a emissão ou venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$ 1.350; e
- submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social;

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(v) as decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, 2 (dois) Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior;

(vi) ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração;

(vii) a Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico-Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição;

(viii) enquanto a Alupar ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo Financeiro e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial; e

O Grupo Taesa entende que as aquisições complementaram os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações. Essas empresas operam um total de 3.136 km de linhas de transmissão.

A seguir está demonstrado o total dos valores justos das participações diretas adquiridas nessas empresas, classificados no balanço patrimonial como investimentos em coligadas:

Em 31 de maio de 2013	Valores justos reconhecidos na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	35.400
Ativo financeiro	5.060.912
Investimentos – participações societárias	535.073
Intangível	11.556
Outros ativos	181.861
	5.824.802
Passivos	
Contas a pagar a fornecedores e outras	173.980
Empréstimos e financiamentos	193.767
Debêntures	661.369
Impostos diferidos	1.242.021
	2.271.137
Total dos ativos identificáveis, líquidos	3.553.665
Participação da Taesa sobre os ativos líquidos adquiridos (*)	47,60%
Contraprestação transferida pela aquisição	1.691.415

(*) Soma das participações diretas adquiridas pela Companhia nos ativos líquidos de cada empresa adquirida.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na data da aquisição o valor total dos patrimônios líquidos contábeis das empresas cujas participações diretas foram adquiridas era de R\$2.008.927.

As contribuições no resultado líquido (através da aplicação do método de equivalência patrimonial) da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2013, a partir da data de aquisição, referente às empresas adquiridas estão apresentadas na nota explicativa nº 12. O valor de resultado líquido (através da aplicação do método de equivalência patrimonial) que seria gerado pelas empresas adquiridas para todo o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, caso as empresas tivessem sido adquiridas no início de exercício, seria de R\$43.020.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR da Companhia compreendem:

- As Informações Contábeis Intermediárias individuais elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.
- As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo Taesa, essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis a demonstrações financeiras separadas em virtude da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRSs seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo Taesa e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas do Grupo Taesa e as informações contábeis intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Taesa, das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia e sua controlada SGT são cotistas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo TAESA nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem a carteira do fundo são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 12 de agosto de 2013.

3.2. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas explicativas nº 17 e nº 23).

3.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Ativo financeiro

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Companhia determina uma taxa de desconto, utilizando componentes internos (das empresas concessionárias) e externos (de mercado), para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o prazo da concessão.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela taxa de desconto da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e da indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção - O&M são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

c) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação, que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado, para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar

A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide mais detalhes sobre impostos diferidos na nota explicativa nº 9.

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica.

A Companhia realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - O.N.S., denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do O.N.S. na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do O.N.S.

3.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações. Todavia, o reconhecimento dos efeitos inflacionários dos ativos financeiro das empresas do Grupo é reconhecido usualmente no terceiro trimestre de cada exercício, uma vez que as resoluções homologatórias da ANEEL historicamente ocorrem nesse período e definem a RAP do próximo ciclo tarifário de cada concessão. Neste exercício, devido ao processo de revisão tarifária da Brasnorte, previsto no respectivo contrato de concessão, a resolução homologatória da ANEEL foi publicada em junho de 2013 e, conseqüentemente, houve impactos de tal revisão no resultado do trimestre da controlada em conjunto Brasnorte e, por conseguinte, no resultado de equivalência patrimonial da Taesa (vide nota 12).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas na Imprensa Oficial em 27 de março de 2013, exceto pela nova prática contábil adotada neste trimestre para os investimentos em coligadas (referente à aquisição de participações não controladas do Grupo TBE mencionada na nota explicativa nº 2) e pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente à IFRS 5). Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente à IAS 39) são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 e na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.1 Normas e interpretações novas e revisadas

4.1.1 Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações trimestrais ou que somente são aplicáveis às demonstrações financeiras anuais (IFRS 12).

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nestas informações trimestrais. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1))- Benefícios a Empregados.
- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de Participações em Outras Entidades.

4.1.2 Aplicação das normas novas e revisadas que tiveram efeito sobre as informações trimestrais

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nestas informações trimestrais. A aplicação dessas normas teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

- IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Empreendimentos Conjuntos.
- IAS 28 revisada em 2011 (CPC 18 (R2))- Investimentos em Coligadas e *Joint Ventures*.

A adoção dessas novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013 resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012 eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R2), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre *joint ventures* e *joint operations* e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelos métodos de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como *joint ventures* e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais de 30 de junho de 2013 (em 30 de junho de 2012 a Unisa, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa. Vide nota explicativa nº 12).

Cabe ressaltar que, em 30 de junho de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalentes à IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, respectivamente, essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações trimestrais. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período findo em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.2.

4.1.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas:

O Grupo não adotou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015;
- (b) 1º de janeiro de 2014.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2013. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da adoção da nova norma internacional IFRS 9. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa, no entanto, estes ainda estão sob avaliação da Administração da Companhia.

4.2 Reclassificação e adoção das IFRSs novas e revisadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 4.1.2, a adoção das IFRSs novas e revisadas também foi aplicada de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações intermediárias. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período findo em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação. Essas reclassificações e adoção das IFRSs não impactaram a demonstração do resultado abrangente.

A Companhia também identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às informações relativas aos exercícios anteriores:

- a. Reclassificações entre as rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" referentes à variação monetária líquida dos ativos (receitas financeiras) e passivos (despesas financeiras), para melhor apresentação desses saldos de acordo com a natureza das operações.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- b. Em 4 de dezembro de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, parágrafo 28, no desdobramento de ações, são emitidas ações ordinárias para os acionistas existentes sem nenhuma contrapartida adicional. Por isso, o número de ações ordinárias totais com os acionistas é aumentado, sem aumento nos recursos. Dessa forma, o número de ações ordinárias totais com os acionistas antes do evento deve ser ajustado quanto à alteração proporcional na quantidade de ações ordinárias totais com os acionistas como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado.
- c. Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa entre linhas na rubrica "Atividades operacionais" para melhor apresentação das transações que não envolvem caixa, as quais impactaram o resultado da Companhia e estavam apresentadas líquidas na variação dos saldos ativos e passivos operacionais e não como um ajuste ao lucro.
- d. Em junho de 2013 a Companhia passou a apresentar suas aplicações financeiras (avaliadas a valor justo e mantidas até o vencimento) e depósitos vinculados em uma única rubrica, "Títulos e Valores Mobiliários", para uma melhor apresentação desses saldos. Dessa forma os saldos de 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados para fins de comparação.

A seguir demonstramos as informações comparativas reapresentadas considerando as reclassificações e adoção das IFRSs novas e revisadas mencionadas anteriormente.

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO	
	31/12/2012 (Publicado)	31/12/2012 (Reapresentado)
Ativos		
<i>Ativos circulantes</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	543.266	538.696
Aplicações financeiras valor justo	1.877.000	-
Aplicações financeiras valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	-
Títulos e valores imobiliários	-	1.938.765
Clientes	157.885	155.073
Ativo financeiro	1.023.734	1.006.283
Impostos e contribuições sociais	71.041	70.711
Dividendos a receber	-	4.244
Outras contas a receber	44.612	44.212
Outras contas não afetadas	4.690	4.690
Total dos ativos circulantes	3.783.993	3.762.674
<i>Ativos não circulantes</i>		
Aplicações financeiras valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	151.013	-
Títulos e valores mobiliários	-	149.156
Outras contas a receber	6.738	6.663
Depósitos judiciais	12.699	12.509
Impostos e contribuições diferidos	281.425	281.346
Ativo financeiro	5.356.531	5.166.859
Investimento	-	161.733
Outras Contas não afetadas	43.965	43.967
Total dos ativos não circulantes	5.852.371	5.822.233
Total dos ativos	9.636.364	9.584.907

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO	
	31/12/2012 (Publicado)	31/12/2012 (Reapresentado)
Passivo		
<i>Passivos circulantes</i>		
Fornecedores	26.692	26.417
Empréstimos e financiamentos	166.355	158.516
Taxas regulamentares	52.126	51.447
Impostos e contribuições sociais	22.078	21.548
Outras contas a pagar	22.825	22.187
Outras contas não afetadas	362.847	362.847
Total dos passivos circulantes	652.923	642.962
<i>Passivos não circulantes</i>		
Empréstimos e financiamentos	921.967	896.820
Impostos e contribuições diferidos	166.685	164.134
Tributos diferidos	326.076	313.385
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	3.122	2.953
Outras contas a pagar	48.848	47.910
Outras contas não afetadas	3.419.500	3.419.500
Total dos passivos não circulantes	4.886.198	4.844.702
Total do patrimônio líquido	4.097.243	4.097.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido	9.636.364	9.584.907

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA	
	31/12/2012 (Publicado)	31/12/2012 (Reapresentado)
Ativos		
<i>Ativos circulantes</i>		
Aplicações financeiras valor justo	1.877.000	-
Aplicações financeiras valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	-
Títulos e valores mobiliários	-	1.938.765
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outras contas não afetadas	920.663	920.663
Total dos ativos circulantes	2.859.428	2.859.428
<i>Ativos não circulantes</i>		
Outras contas não afetadas	5.259.335	5.259.335
Total dos ativos não circulantes	5.259.335	5.259.335
Total dos ativos	8.118.763	8.118.763
Passivo		
Total dos passivos circulantes	446.339	446.339
<i>Passivos não circulantes</i>		
Total dos passivos não circulantes	3.575.181	3.575.181
Total do patrimônio líquido	4.097.243	4.097.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido	8.118.763	8.118.763

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO			
	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)	
Receita operacional líquida	201.059	435.436	176.519	354.566
Pessoal e administradores	(6.975)	(13.591)	(6.824)	(13.371)
Material	(3.189)	(5.343)	(2.178)	(4.130)
Serviços de terceiros	(9.399)	(17.665)	(3.717)	(6.701)
Depreciação e amortização	(136)	(281)	(110)	(217)
Outros custos operacionais	(1.366)	(3.812)	(1.038)	(4.676)
Custos operacionais	(21.065)	(40.692)	(13.867)	(29.095)
Lucro bruto	179.994	394.744	162.652	325.471
Pessoal e administradores	(6.121)	(12.246)	(6.010)	(12.013)
Serviços de terceiros	(12.184)	(19.550)	(10.267)	(16.615)
Depreciação e amortização	(259)	(520)	(259)	(520)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(701)	(1.412)	(726)	(1.190)
Despesas operacionais	(19.265)	(33.728)	(17.262)	(30.338)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	160.729	361.016	145.390	295.133
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	4.970	32.957
Receitas financeiras	(7.913)	36.912	17.825	27.992
Despesas financeiras	(87.803)	(197.379)	(80.319)	(158.850)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(95.716)	(160.467)	(62.494)	(130.858)
Resultado antes dos impostos e das contribuições	65.013	200.549	87.866	197.232
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.782)	(47.490)	(19.307)	(34.655)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.715	16.709	5.387	7.191
Impostos e contribuições	8.933	(30.781)	(13.920)	(27.464)
Lucro do período	73.946	169.768	73.946	169.768
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			
	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)	
Receita operacional líquida	156.705	314.669	156.705	314.669
Custos operacionais	(11.553)	(24.449)	(11.553)	(24.449)
Lucro bruto	145.152	290.220	145.152	290.220
Despesas operacionais	(16.750)	(29.249)	(16.749)	(29.249)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	128.402	260.971	128.403	260.971
Resultado de equivalência patrimonial	17.320	59.216	17.320	59.216
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(60.142)	(127.172)	(60.142)	(127.172)
Resultado antes dos impostos e das contribuições	85.580	193.015	85.581	193.015
Impostos e contribuições	(11.634)	(23.247)	(11.635)	(23.247)
Lucro do período	73.946	169.768	73.946	169.768
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,28063	0,64428	0,09354	0,21476

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONSOLIDADO	
	30/06/2012 (Publicado)	30/06/2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	169.768	169.768
Ajustes para:		
Receita de equivalência	-	(32.957)
Depreciação e amortização	801	737
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	553	564
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	187.655	73.203
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	82.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.538)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	27.464
Tributos diferidos	(5.856)	(4.784)
Remuneração do ativo financeiro	(299.551)	(238.862)
Provisão para Parcela Variável	-	1.546
Variações nos ativos e passivos:		
Redução em clientes e ativo financeiro	429.938	-
(Aumento) em clientes	-	(7.407)
Redução do ativo financeiro	-	350.637
Redução (aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	11.648	(572)
Aumento no saldo de outros créditos	(5.011)	(5.482)
(Redução) no saldo de fornecedores	(20.142)	(5.395)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	3.064	3.301
Aumento no saldo de outras contas a pagar	3.276	11.311
Caixa gerado pelas atividades operacionais	459.605	426.015
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(24.977)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	459.605	401.038
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	(2.730)	-
Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	-	(387)
Adições no imobilizado e intangível	(1.509)	(1.478)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.239)	(1.865)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de notas promissórias	904.839	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(43.747)	(20.355)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(22.927)	(6.440)
Pagamento de debêntures - juros	(44.984)	(44.984)
Pagamento de dividendos	(214.267)	(214.267)
Caixa líquido decorrente nas atividades de financiamento	578.914	618.793
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.034.280	1.017.966
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	495.406	289.683
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.529.686	1.307.649
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.034.280	1.017.966

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONTROLADORA	
	30/06/2012 (Publicado)	30/06/2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	169.768	169.768
Ajustes para:		
Receita de equivalência	(59.216)	(59.216)
Depreciação e amortização	736	737
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	570	570
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	150.429	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	67.477
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	82.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.216)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	23.247
Tributos diferidos	(4.810)	(4.317)
Remuneração do ativo financeiro	(207.638)	(207.638)
Provisão para Parcela Variável	-	1.560
Variações nos ativos e passivos:		
Redução em clientes e ativo financeiro	303.294	-
(Aumento) em clientes	-	(5.489)
Redução de ativo financeiro	-	306.730
Redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	9.042	297
Aumento no saldo de outros créditos	(3.921)	(3.913)
(Redução) no saldo de fornecedores	(5.428)	(5.428)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	2.935	2.935
Aumento no saldo de outras contas a pagar	9.549	9.549
Caixa gerado pelas atividades operacionais	360.094	379.811
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(19.718)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	360.094	360.093
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições no imobilizado e intangível	(1.478)	(1.477)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.478)	(1.477)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de notas promissórias	904.839	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(9.577)	(9.577)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(1.534)	(1.534)
Pagamento de debêntures - juros	(44.984)	(44.984)
Pagamento de dividendos	(214.267)	(214.267)
Caixa líquido decorrente nas atividades de financiamento	634.477	634.477
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	993.093	993.093
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	265.593	265.593
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.258.686	1.258.686
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	993.093	993.093

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONSOLIDADO	
	30/06/2012 (Publicado)	30/06/2012 (Reapresentado)
Receitas		
Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	478.290	-
Operação e manutenção	-	146.053
Construção e indenização	-	2.839
Remuneração do ativo financeiro	-	238.862
Parcela variável e outras receitas	213	(1.427)
	478.503	386.327
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.558)	(27.446)
Despesas gerais, administrativas e outras	(3.449)	(4.538)
	(46.007)	(31.984)
Valor adicionado bruto	432.496	354.343
Depreciação, amortização e exaustão	(801)	(737)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	431.695	353.606
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial	-	32.957
Receitas financeiras	85.673	27.992
Outras	485	-
Valor adicionado total a distribuir	517.853	414.555
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	13.472	13.431
Benefícios	7.054	6.905
FGTS	983	926
	21.509	21.262
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (inclui as taxas regulamentares da ANEEL)	79.235	64.352
Estaduais	597	207
Municipais	120	116
	79.952	64.675
Remuneração de capitais de terceiros		
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas	242.904	156.146
Outras	3.720	2.704
	246.624	158.850
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	169.768	169.768
	517.853	414.555

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA	
	30/06/2012 (Publicado)	30/06/2012 (Reapresentado)
Receitas		
Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	342.469	-
Operação e manutenção	-	133.772
Construção e indenização	-	2.839
Remuneração do ativo financeiro	-	207.638
Parcela variável e outras receitas	413	(1.367)
	342.882	342.882
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.450)	(25.450)
Despesas gerais, administrativas e outras	(2.420)	(2.413)
	(27.870)	(27.863)
Valor adicionado bruto	315.012	315.019
Depreciação, amortização e exaustão	(736)	(737)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	314.276	314.282
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial	59.216	59.216
Receitas financeiras	25.724	25.724
Outras	451	-
Valor adicionado total a distribuir	399.667	399.222
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	12.690	12.689
Benefícios	6.410	6.410
FGTS	862	863
	19.962	19.962
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (inclui as taxas regulamentares da ANEEL)	56.317	56.319
Estaduais	160	163
Municipais	114	114
	56.591	56.596
Remuneração de capitais de terceiros		
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas	149.762	150.420
Outras	3.584	2.476
	153.346	152.896
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	169.768	169.768
	169.768	169.768
	399.667	399.222

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Contas Bancárias	7.958	53.545	1.265	345
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	99.676	461.085	39.350	101.581
Operações Compromissadas	23.744	24.066	24.061	21.942
	123.420	485.151	63.411	123.523
	131.378	538.696	64.676	123.868

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo do Grupo Taesa e o Grupo Cemig. Em 30 de junho de 2013 a rentabilidade média das aplicações financeiras de todo o Grupo Taesa foi de aproximadamente 102,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 23.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Certificados de Depósitos Bancários	36.936	939.424	36.936	984.926
Operações Compromissadas	-	437.222	-	437.222
Letras Financeiras - Bancos Privados	237.262	293.053	237.262	267.194
Títulos Públicos	227.833	316.080	227.833	288.187
Depósitos Vinculados e outros (a)	69.167	89.929	-	-
Outros	8.701	12.213	8.701	8.870
	579.899	2.087.921	510.732	1.986.399
Ativo Circulante	486.636	1.938.765	439.985	1.938.765
Ativo Não Circulante	93.263	149.156	70.747	47.634
	579.899	2.087.921	510.732	1.986.399

(a) Este saldo é composto por contas reserva (depósitos à vista mantidos em conta corrente em moeda nacional e estrangeira - dólar) e aplicações financeiras mantidas em Fundos de Investimento (Santander Títulos Públicos, Santander Soberano DI, Fundo Bradesco FIC Referencial DI Federal e Target Bradesco), para garantia dos financiamentos junto ao BNDES e ao BID. As contas reserva e aplicações financeiras vinculadas aos contratos de financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 (vide nota explicativa nº 15) foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo do Grupo Taesa e o Grupo Cemig. Em 30 de junho de 2013 a rentabilidade média das aplicações financeiras de todo o Grupo Taesa foi de aproximadamente 102,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 23, assim como a classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

I. Clientes

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Clientes	164.205	164.658	153.969	105.640
Parcela variável (a)	(5.017)	(9.585)	(5.011)	(9.585)
	159.188	155.073	148.958	96.055
Circulante	148.075	155.073	138.430	96.055
Não circulante	11.113	-	10.528	-
	159.188	155.073	148.958	96.055

(a) Refere-se à Parcela Variável - PV, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2012 e no período de janeiro a junho de 2013, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo O.N.S., será deduzida dos próximos recebimentos.

A seguir o quadro detalhado com a movimentação no período referente à PV:

	2012	Adição	Reversão	Valores descontados	2013
Consolidado					
Provisão de Parcela Variável	(9.585)	(23.894)	13.633	14.829	(5.017)
Controladora					
Provisão de Parcela Variável	(9.585)	(23.878)	13.630	14.821	(5.011)

A seguir encontra-se a relação dos principais desligamentos forçados ou programados em aberto e/ou em discussão com a ANEEL:

Concessão	Linha de Transmissão ("LT")/ Subestação ("SE")	Data da Perturbação	CONSOLIDADO	
			30/06/2013	31/12/2012
ATE II	Colinas - Ribeiro Gonçalves	06/04/2012	(1.701)	(1.758)
TSN	Ibicoara - Sapeçu	07/09/2012	-	(2.199)
NVT	Colinas - Imperatriz	26/10/2012	-	(5.628)
NVT	SE Imperatriz	10/03/2013	(915)	-
ATE II	Colinas - Ribeiro Gonçalves	29/03/2013	(962)	-
ATE II	Colinas - Ribeiro Gonçalves	04/04/2013	(248)	-
Outros			(1.191)	-
Total			(5.017)	(9.585)

A seguir encontra-se a composição do saldo de clientes por vencimento:

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Consolidado	152.062	1.479	10.664	164.205	164.658
Controladora	142.526	1.390	10.053	153.969	105.640

Os saldos vencidos há mais de 90 dias referem-se basicamente aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

julgamento dos referidos processos que até o momento não foi concluído. Por esse motivo, neste semestre, reclassificamos o saldo para o ativo não circulante.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao O.N.S. o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Outras informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 23.

II. Ativo financeiro

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
Circulante	1.006.270	1.006.283	946.459	606.372
Não circulante	5.016.587	5.166.859	4.509.723	2.571.589
	6.022.857	6.173.142	5.456.182	3.177.961

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 6% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No período de janeiro a junho de 2013 o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$340.584 (R\$238.862 no período de janeiro a junho de 2012). Na Controladora o efeito foi de R\$265.645 (R\$207.638 no período de janeiro a junho de 2012).

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro em 30 de junho de 2013:

Ativo financeiro	Taxa de desconto (a)	31/12/2012	Adição (b)	Incorporação e transferências *	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2013
Consolidado - (Reapresentado)							
TSN	14%	969.338	41.651	-	63.795	(106.012)	968.772
Munirah	11%	94.411	-	-	4.935	(8.360)	90.986
Gtesa	12%	31.933	-	-	1.678	(2.722)	30.889
Patesa	11%	79.481	-	-	4.184	(6.487)	77.178
ETEO	11%	488.037	13	-	25.031	(49.610)	463.471
NVT	15%	1.514.761	-	-	101.758	(151.781)	1.464.738
UNISA	10%	2.549.070	2.010	(2.541.667)	18.275	(27.688)	-
NTE	15%	443.378	43	-	30.824	(44.125)	430.120
STE	10%	-	-	323.606	13.194	(20.626)	316.174
ATE	10%	-	-	661.762	25.440	(37.959)	649.243
ATE II	10%	-	7.237	984.208	34.831	(61.665)	964.611
ATE III	7%	-	-	572.091	16.549	(25.929)	562.711
SGT	6%	2.733	1.141	-	90	-	3.964
TOTAL		6.173.142	52.095	-	340.584	(542.964)	6.022.857
Controladora							
TSN	14%	969.338	41.651	-	63.795	(106.012)	968.772
Munirah	11%	94.411	-	-	4.935	(8.360)	90.986
Gtesa	12%	31.933	-	-	1.678	(2.722)	30.889
Patesa	11%	79.481	-	-	4.184	(6.487)	77.178

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ativo financeiro	Taxa de desconto (a)	31/12/2012	Adição (b)	Incorporação e transferências *	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2013
ETEO	11%	488.037	13	-	25.031	(49.610)	463.471
NVT	15%	1.514.761	-	-	101.758	(151.781)	1.464.738
NTE	15%	-	43	441.226	25.630	(36.779)	430.120
STE	10%	-	-	323.606	13.194	(20.626)	316.174
ATE	10%	-	-	661.762	25.440	(37.959)	649.243
ATE II	10%	-	-	964.611	-	-	964.611
TOTAL		3.177.961	41.707	2.391.205	265.645	(420.336)	5.456.182

(*) Refere-se às transferências decorrentes do processo de incorporação ocorrida em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações vide nota explicativa nº 1.

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro em 30 de junho de 2012:

Ativo financeiro	Taxa de desconto (a)	31/12/2011	Adição (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2012
Consolidado						(Reapresentado)
TSN	14%	994.917	2.824	65.730	(101.336)	962.135
Munirah	11%	94.378	-	5.354	(8.187)	91.545
Gtesa	12%	31.715	-	1.745	(2.611)	30.849
Patesa	11%	78.394	-	4.411	(6.315)	76.490
ETEO	11%	499.529	-	26.690	(47.581)	478.638
NVT	14%	1.541.641	-	103.709	(145.576)	1.499.774
NTE	15%	448.488	-	31.224	(42.304)	437.408
TOTAL		3.689.062	2.824	238.863	(353.910)	3.576.840
Controladora						
TSN	14%	994.917	2.824	65.730	(101.336)	962.135
Munirah	11%	94.378	-	5.354	(8.187)	91.545
Gtesa	12%	31.715	-	1.745	(2.611)	30.849
Patesa	11%	78.394	-	4.411	(6.315)	76.490
ETEO	11%	499.529	-	26.690	(47.581)	478.638
NVT	14%	1.541.641	-	103.709	(145.576)	1.499.774
TOTAL		3.240.574	2.824	207.638	(311.606)	3.139.432

(a) Refere-se à taxa de desconto anual utilizada para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

(b) As principais adições referentes ao período findo em 30 de junho de 2013 estão relacionadas basicamente à receita de construção dos reforços e às concessões em fase de construção relacionadas a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN Subestação Sapeaçu	1 Compensador Estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 437, de 14/07/2011 e Ato Declaratório Executivo Nº 203, de 23/11/2011.
ATE II Subestação São João do Piauí	Instalação do banco de reatores manobrável em 500 kV, 3x60 (180) Mvar.	Resolução Autorizativa nº 3.029, de 09/08/2011.	R\$2,4 milhões	20 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 545, 21/09/2011 e Ato Declaratório Executivo nº 44, 26/04/2012.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN Subestação Sapeaçu	Instalação do 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 160, publicada em 21/03/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012.
SGT Subestação São Gotardo 2	Contrato de Concessão nº 024/2012 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão Nº 5/2012-ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão.	Portaria MME nº 128, publicada em 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012.

(c) As principais adições referentes ao período findo em 30 de junho de 2012 estão relacionadas basicamente à receita de construção dos reforços e às concessões em fase de construção relacionadas a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN Subestação Ibicoara	Dois disjuntores para a SE de 500 kV de Ibicoara para adequação do arranjo de barramento	Resolução autorizativa nº 2.946, 07/06/2011.	R\$1,7 milhões	18 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Projeto concluído em Set/12.	Portaria MME nº 437, 14/07/2011 e Ato Declaratório Executivo No- 203, 23/11/2011.

Acordo de concessão de serviços

O Grupo Taesa assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

A seguir encontram-se as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

Receita Anual Permitida (RAP) - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, GTESA, PATESA, Munirah, Noyatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE e Lumitrans) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Brasnorste, ATE III e SGT,STC, EBTE e ESDE).

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No caso das concessões detidas pela Brasnorte, SGT, STC, EBTE e ESDE bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela Variável (PV) - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável (Extinção da Concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica) - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, com o órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado o valor equivalente às suas respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas, sim, ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DITs, que não pertencem à Rede Básica, é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

A seguir encontra-se a composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada concessão do Grupo Taesa de acordo com as Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL. As receitas da Companhia são reconhecidas de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota de prática contábil.

- Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Aneel nº 1.559 de 27 de junho de 2013:

Ciclo 2013-2014	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	373.172	12.517	-	-	-	-	385.689	(11.803)	373.886
GTESA	7.021	-	-	-	-	-	7.021	(212)	6.809
MUNIRAH	28.802	-	-	-	-	-	28.802	(869)	27.933
PATESA	16.862	-	-	-	-	-	16.862	(509)	16.353
ETEO	138.821	-	-	-	-	-	138.821	(4.188)	134.633
NOVATRANS	410.285	-	-	-	-	-	410.285	(12.378)	397.907
ETAU (*)	15.793	83	1.372	-	-	754	18.002	(523)	17.479
BRASNORTE (*)	6.285	715	-	631	31	-	7.662	(243)	7.419
NTE	120.847	-	-	-	-	-	120.847	-	120.847
ATE	117.617	-	-	-	-	-	117.617	(3.879)	113.738
ATE II	179.035	-	-	-	-	-	179.035	(5.402)	173.633
ATE III	82.949	5.959	-	-	-	-	88.908	(2.503)	86.405
STE	62.895	1.589	-	-	-	-	64.484	-	64.484
ENTE (*)	88.838	-	-	-	-	-	88.838	(2.680)	86.158
EATE (*)	166.562	3.191	-	-	-	-	169.753	(5.121)	164.632
EBTE (*)	24.306	1.180	-	1.596	254	-	27.336	(1.436)	25.900
ECTE (*)	14.320	-	-	-	-	-	14.320	(432)	13.888
ETEP (*)	38.676	-	-	-	-	-	38.676	(1.168)	37.508
ERTE (*)	15.699	4.242	-	-	-	-	19.941	(426)	19.515
STC (*)	8.494	-	654	2.310	104	1.236	12.798	(176)	12.622
LUMITRANS (*)	8.402	-	-	-	-	-	8.402	(253)	8.149

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ciclo 2013-2014	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
ESDE (*)	781	-	-	1.540	376	-	2.697	(3.489)	(792)
ETSE (**)	2.476	-	-	380	158	-	3.014	-	3.014
SGT (***)	60	-	-	3.233	689	-	3.982	-	3.982
TOTAL	1.928.998	29.476	2.026	9.690	1.612	1.990	1.973.792	(57.690)	1.916.102

(*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 30 de junho de 2013. Essas concessões são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às demonstrações financeiras da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(**) Prevista para entrada em operação em 10 de maio de 2014.

(***) Prevista para entrada em operação em 27 de fevereiro de 2014.

- Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.313 de 26 de junho de 2012:

Ciclo 2012-2013	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	351.330	-	10.031	-	-	-	361.361	(14.325)	347.036
GTESA	6.610	-	-	-	-	-	6.610	(266)	6.344
MUNIRAH	27.116	-	-	-	-	-	27.116	(1.088)	26.028
PATESA	15.875	-	-	-	-	-	15.875	(637)	15.238
ETEO	130.696	-	-	-	-	-	130.696	(5.250)	125.446
NOVATRANS	386.272	-	-	-	-	-	386.272	(15.515)	370.757
ETAU (*)	14.869	79	1.291	-	-	709	16.948	(447)	16.501
BRASNORTE (*)	6.910	861	-	694	34	-	8.499	(303)	8.196
NTE	113.774	-	-	-	-	-	113.774	(4.570)	109.204
ATE	110.734	-	-	-	-	-	110.734	(5.433)	105.301
ATE II	168.557	-	-	-	-	-	168.557	(6.764)	161.793
ATE III	77.883	2	-	-	-	-	77.885	(3.103)	74.782
STE	59.214	1.496	-	-	-	-	60.710	(2.436)	58.274
TOTAL	1.469.840	2.438	11.322	694	34	709	1.485.037	(60.137)	1.424.900

(*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 30 de junho de 2013. Essas concessões são controladas em conjunto da Companhia, cujos resultados são incorporados às demonstrações financeiras da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

Ciclo 2012-2013	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	346.228	(2.866)	343.362
MUNIRAH	26.008	-	-	-	-	-	26.008	127	26.135
GTESA	6.340	-	-	-	-	-	6.340	(53)	6.287
PATESA	15.226	-	-	-	-	-	15.226	62	15.288
NOVATRANS	370.484	-	-	-	-	-	370.484	(3.073)	367.411
ETAU (*)	14.261	75	1.238	-	-	680	16.254	(326)	15.928
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	125.354	(1.040)	124.314
BRASNORTE (*)	6.584	820	-	661	33	-	8.098	50	8.148
NTE (*)	63.656	-	-	-	-	-	63.656	-	63.656
STE (*)	16.565	419	-	-	-	-	16.984	202	17.186
ATE (*)	30.977	-	-	-	-	-	30.977	128	31.105
ATEII (*)	47.153	-	-	-	-	-	47.153	230	47.383
ATEIII (*)	21.636	1	-	-	-	-	21.637	81	21.718
TOTAL	1.081.215	10.572	1.238	661	33	680	1.094.399	(6.478)	1.087.921

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões. Em relação a NTE e a UNISA, temos: (a) NTE - 100% de 7 meses (dezembro de 2011 a junho de 2012); e (b) controladas da UNISA - 50% de 7 meses (dezembro de 2011 a junho de 2012). Essas concessões, com exceção da NTE, são controladas em conjunto da Companhia, cujos resultados são incorporados às demonstrações financeiras da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

Em que:

- RAP - RBL - Rede Básica Licitada.
- RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações.
- RAP - RBNI FR - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira.
- RAP - RBL FR - Rede Básica Licitada - Fronteira.
- RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão.
- RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão.
- RAP - RB - Receita Básica.
- RAP - RBF - Receita Básica de Fronteira.
- RAP - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão.
- PA - APURAÇÃO - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2009-2010/2010-2011).

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Ativo				
IRPJ e CSLL antecipados	186	3.311	86	1.566
PIS e COFINS a compensar (a)	47.332	56.076	22.907	14.592
IRPJ e CSLL a compensar/ Imposto de renda retido da fonte (b)	34.138	22.228	26.018	4.518
Impostos e contribuições retidos (c)	7.665	7.313	5.627	374
Outros	1.318	998	1.102	221
	90.639	89.926	55.740	21.271
Circulante	74.229	70.711	55.740	21.271
Não circulante	16.410	19.215	-	-
	90.639	89.926	55.740	21.271
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes	6.398	12.912	6.237	3.514
PIS e COFINS	4.002	3.265	4.002	2.511
INSS e FGTS	1.603	1.620	1.523	1.229
ISS	561	821	341	96
ICMS	1.731	1.777	548	173
Outros	465	1.153	310	355
	14.760	21.548	12.961	7.878

(a) Referem-se, basicamente, aos créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, bem como ao crédito tributário de COFINS reconhecido em 2012, relativo à ação de indébito tributário proposta pela TSN e Novatrans, a qual foi transitada em julgado, no valor total de R\$12.284, sendo R\$5.464 de principal e R\$6.820 de juros.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (b) Refere-se ao IRRF sobre resgate de recursos oriundos de aplicações financeiras, para a transferência das novas participações no Grupo TBE.
- (c) Referem-se a impostos e contribuições sociais retidos Lei nº 10.833/03 (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados principalmente aos órgãos e às entidades de administração pública pela Taesa, ATE II e ATE III.

A Administração está desenvolvendo um plano para aproveitamento de seus créditos tributários, respeitando o prazo legal para aproveitamento de créditos de impostos pagos em exercícios anteriores, e, caso seja constatada a impossibilidade de recuperação por meio de compensação, será pleiteada na Receita Federal do Brasil a restituição desses valores.

Os valores registrados como não circulante referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de *impairment* para esses ativos.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, a base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e conforme determinações da ANEEL são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo TAESA.

A seguir, apresentamos os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos líquidos por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado:

	30/06/2013			31/12/2012 (Reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA	535.202	(352.236)	182.966	551.814	(270.468)	281.346
ATE III	43.551	(7.513)	36.038	-	-	-
Ativo	578.753	(359.749)	219.004	551.814	(270.468)	281.346
NTE	-	-	-	695	(45.003)	(44.308)
UNISA	-	-	-	23.075	(142.817)	(119.742)
SGT	-	(123)	(123)	-	(84)	(84)
Passivo	-	(123)	(123)	23.770	(187.904)	(164.134)
	578.753	(359.872)	218.881	575.584	(458.372)	117.212

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os principais saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos estão apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Ativo				
Crédito fiscal incorporado – Ágio (a)	518.734	532.806	518.734	532.806
Diferenças temporárias (b)	42.739	23.310	16.468	19.008
Prejuízos fiscais	17.280	19.468	-	-
	578.753	575.584	535.202	551.814
Passivo				
Diferenças temporárias (b)	(359.872)	(458.372)	(352.236)	(270.468)

(a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	30/06/2013		31/12/2012
	Base de cálculo	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Consolidado			
Rateio antecipação e parcela de ajuste	36.844	12.528	13.851
Provisão para participação nos lucros	4.316	1.467	2.981
Provisão para fornecedores	6.022	2.047	993
Provisão para parcela variável	2.522	858	3.374
Provisão para contingências trabalhistas	496	169	264
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	18
Ajustes Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	707	240	526
- Ajuste a valor de mercado - derivativos	-	-	1.303
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão	75.7947	25.430	-
Total do ativo		42.739	23.310
Variação cambial - regime caixa	21.733	(7.389)	(20.766)
Ajustes Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão	1.036.350	(352.359)	(437.606)
- Ajuste a valor de mercado - derivativos	367	(124)	-
Total do passivo		(359.872)	(458.372)
Controladora			
Rateio antecipação e parcela de ajuste	34.400	11.696	11.859
Provisão para parcela variável	2.515	855	3.258
Provisão para participação nos lucros	4.316	1.467	2.793
Provisão para fornecedores	6.003	2.041	298
Provisão para contingências trabalhistas	496	169	256
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	18
Ajustes Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	707	240	526
Total do ativo		16.468	19.008
Ajustes da Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão	1.035.988	(352.236)	(270.468)
Total do passivo		(352.236)	(270.468)

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Crédito fiscal incorporado – Ágio	14.072	30.421	33.334	35.795	36.443	368.669	518.734
Diferenças temporárias	34.387	8.352	-	-	-	-	42.739
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL	1.920	3.840	3.840	3.840	3.840	-	17.280
	50.379	42.613	37.174	39.635	40.283	368.669	578.753

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. Os referidos estudos são aprovados pelo Conselho de Administração ao final de cada exercício.

Com base nesses estudos, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Passivo				
PIS e COFINS diferidos (a)	308.002	313.385	254.669	114.849

(a) Montante relacionado à diferença temporária - RTT, sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Cíveis (a)	5.164	5.148	5.148	1.243
Fiscais (b)	7.798	7.219	6.460	2.227
Trabalhistas	134	142	134	129
	13.096	12.509	11.742	3.599

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN, Taesa Serviços, NTE, ATE e STE relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi constituída provisão para riscos cíveis, haja vista que a expectativa de perda nesses processos é considerada possível ou remota. Em 30 de junho de 2013 o valor de depósitos judiciais cíveis referentes à faixa de servidão era de R\$2.160 e em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 2.160.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Taxa de compensação Ibama - Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que a empresa cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - No decorrer do exercício de 2008 as empresas que participam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio, e, conseqüentemente, os assessores jurídicos da ATE II decidiram efetuar a liquidação do contas a pagar decorrente de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

(b) Fiscais

Contribuição previdenciária - Mandado de segurança impetrado pela TSN, visando à obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$727.

Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$514.

IPI - Ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produto Industrializado - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$771.

ICMS - Ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$215.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.474.

Contribuições de CSLL, PIS e COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em 2013, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 é de R\$736.

ICMS - Trata-se de depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não obtivemos sentença. O saldo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.337.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Balço patrimonial	30/06/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)
Controladas	337.741	2.166.745
Controladas em conjunto	157.173	161.733
Coligadas	1.698.585	-
	2.193.499	2.328.478

Resultado de equivalência patrimonial	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Controladas	9.046	12.350	44.427	26.259
Controladas em conjunto	(3.997)	4.970	(1.483)	32.957
Coligadas	7.170	-	7.170	-
	12.219	17.320	50.114	59.216

a) Investimentos em controladas

	Quantidade Total de ações		Participação - %	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
NTE (*)	-	147.183.428	-	100%
UNISA (*)	-	1.585.626.758	-	100%
ATE III	379.500.000	-	100%	-
SGT	5.857.000	999	100%	100%

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas da Companhia, vide nota explicativa nº 1. Todas as controladas da Companhia são empresas de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsa de valores.

A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações financeiras individuais (Controladora), é como segue:

	CONTROLADORA					
	NTE	UNISA	ATE II	ATE III	SGT	TOTAL
Saldos em 1 de janeiro de 2012	332.606	-	-	-	-	332.606
Integralização de capital	-	-	-	-	2.401	2.401
Transferência de participação de controlada em conjunto (i)	-	831.024	-	-	-	831.024
Ganho na remensuração de participação detida anteriormente (i)	-	45.169	-	-	-	45.169
Aquisição de participação (i)	-	876.193	-	-	-	876.193
Equivalência patrimonial (ii)	59.763	145.840	-	-	96	205.699
Dividendos adicionais ou intercalares pagos	(26.097)	(87.223)	-	-	-	(113.320)
Dividendos obrigatórios a receber 2012	(13.027)	-	-	-	-	(13.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	353.245	1.811.003	-	-	2.497	2.166.745
Incorporação de subsidiárias integrais jan/2013(iii)	(356.642)	(1.832.089)	724.809	353.262	-	(1.110.660)
Aumento/Integralização de capital	-	-	150.000	-	3.456	153.456
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	(43.915)	(15.912)	-	(59.827)
Equivalência patrimonial	3.397	21.086	25.506	(5.691)	129	44.427
Incorporação de subsidiárias integrais jun/13 (iii)	-	-	(856.400)	-	-	(856.400)
Saldos em 30 de junho de 2013	-	-	-	331.659	6.082	337.741

- (i) Em 3 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa no capital social da UNISA no montante de R\$876.193 (outras informações sobre essa operação estão detalhas na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras de 2012, publicadas em 27 de março de 2013). Nessa operação foi registrado um ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA no montante de R\$45.169.
- (ii) O valor refere-se à equivalência patrimonial de janeiro a junho de 2012 da NTE no valor de R\$26.259 (nesse período a UNISA era considerada controlada em conjunto) e à equivalência patrimonial de julho a dezembro no valor de R\$179.440, considerando o resultado da Unisa que passou a ser 100%.
- (iii) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Dividendos intercalares 2012 UNISA - Em 26 de novembro de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária da UNISA aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$87.223, devendo tais dividendos serem pagos para sua acionista Taesa com os dividendos recebidos de suas subsidiárias ATE, ATE II e STE. O pagamento do valor total foi realizado em 29 de novembro de 2012.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dividendos adicionais 2012 NTE - Em 26 de abril de 2012 a Assembleia Geral Ordinária da NTE aprovou o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$26.097, pagos em 29 de novembro de 2012.

Dividendos adicionais 2012 ATE II - No dia 12 de abril de 2013 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE II deliberou o pagamento de R\$43.915, a título de dividendos adicionais referente ao exercício de 2012. Esses dividendos foram incorporados pela Companhia conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Dividendos adicionais 2012 ATE III - No dia 12 de abril de 2013 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE III deliberou o pagamento de R\$15.912, a título de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2012. Esses dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2013.

Aumento de capital ATE II - No dia 10 de maio de 2013 a Assembleia Geral e Extraordinária da ATE II aprovou o aumento de capital social no montante de R\$150.000, integralizados na mesma data pela Taesa.

SGT - No dia 6 de junho de 2012, a TAESA sagrou-se vencedora do Lote E do Leilão nº 005/2012 promovido pela ANEEL, à qual a ANEEL outorgará o direito de explorar, por 30 anos, a concessão que compreende duas funções de transmissão dentro da subestação de São Gotardo 2, no Estado de Minas Gerais (SE São Gotardo 2 345/138kV, (3+1)x100MVA). Com o objetivo de explorar essa concessão, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, denominada "São Gotardo Transmissora de Energia S.A.". A Taesa não ofereceu desconto em relação à base inicial de RAP de R\$3.739 e espera concluir a construção dentro dos 18 meses estipulados pela ANEEL, a contar da assinatura do Contrato de Concessão nº 024/2012, celebrado em 27 de agosto de 2012.

Conforme descrito no quadro a seguir, foram deliberadas as subscrições de capital social na SGT como segue:

Data da AGE	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	
			Montante	Data
12/06/2012	Constituição da Companhia	1	(1)	15/06/2012
10/10/2012	Aumento de capital	2.400	(2.400)	10/10/2012
12/11/2012	Aumento de capital	864	(864)	16/01/2013
10/12/2012	Aumento de capital	864	(864)	28/05/2013
10/01/2013	Aumento de capital	1.728	(1.728)	28/05/2013
		5.857	(5.857)	

Em 30 de junho de 2013 todo o capital da SGT se encontra integralizado. Os aumentos de capital em questão visam conferir à Companhia os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. A Companhia obteve liberação de parte do financiamento do BNDES para financiar o projeto. Para maiores informações vide nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

	Quantidade Total de Ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Controladas em conjunto				
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
BRASNORTE	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%
Coligadas diretas				
EATE	180.000.010	-	49,98%	-
EBTE ¹	263.058.339	-	49,00%	-
ECTE	42.095.000	-	19,09%	-
ENTE	100.840.000	-	49,99%	-
ETEP	45.000.010	-	49,98%	-
ERTE	36.940.800	-	49,99%	-
Coligadas indiretas				
STC ²	162.340.000	-	39,98%	-
ESDE ³	38.291.000	-	49,98%	-
LUMITRANS ⁴	57.576.060	-	39,98%	-
ETSE ⁵	60.893.000	-	19,09%	-
EBTE ¹	263.058.339	-	25,49%	-

¹ A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. Mesmo com uma participação direta e indireta superior a 50% a Taesa possui apenas influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinados entre as partes.

² A EATE possui 80% de participação na STC, consequentemente a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.

³ A ETEP possui 100% de participação na ESDE, consequentemente a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.

⁴ A EATE possui 80% de participação na LUMITRANS, consequentemente a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.

⁵ A ECTE possui 100% de participação na ETSE, consequentemente a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.

A Companhia possui controle compartilhado da ETAU e Brasnorte e influência significativa nas empresas do Grupo TBE, por meio de acordo de acionistas assinado com as empresas descritas a seguir:

Controladas em conjunto	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT").
BRASNORTE	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal").
Coligadas diretas	
EATE, ENTE, ETEP e ERTE	Alupar Investimento SA ("Alupar").
EBTE	EATE
ECTE	Alupar, Centrais Elétricas de Santa. Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU").

Os investimentos nas controladas em conjunto e coligadas são mensurados pela Companhia usando-se o método de equivalência patrimonial. A data final de reporte das demonstrações financeiras das controladas em conjunto e coligadas mencionadas acima é 31 de dezembro de cada exercício.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa, vide nota explicativa nº 1. Todas as controladas em conjunto e coligadas do Grupo são empresas de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsa de valores.

UNISA - Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas na Imprensa Oficial em 27 de março de 2013, em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa 50% das ações do capital votante da

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

UNISA que detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III. Os 50% remanescentes foram adquiridos em 3 de julho de 2012, quando a UNISA deixou de ser uma controlada em conjunto e passou a ser uma controlada integral da Taesa. Conseqüentemente, os resultados de 30 de junho de 2012 da UNISA estão sendo reapresentados nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de junho de 2013 pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 4.1.2) e as informações de resultado, quando aplicável, apresentadas abaixo para fins de comparação.

I. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações financeiras individuais (Controladora) e Consolidada, é como segue:

CONTROLADAS EM CONJUNTO	UNISA	ETAU	BRASNORTE	TOTAL
Saldos em 1º de janeiro de 2012	801.040	77.210	79.749	957.999
Equivalência patrimonial (i)	29.984	7.756	5.868	43.608
Transferência de participação para "controlada integral"	(831.024)	-	-	(831.024)
Dividendos obrigatórios a receber 2011	-	-	(2.776)	(2.776)
Dividendos obrigatórios a receber 2012	-	(90)	(440)	(530)
Dividendos adicionais a receber 2011	-	(5.544)	-	(5.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	79.332	82.401	161.733
Equivalência patrimonial	-	2.629	(4.112)	(1.483)
Dividendos adicionais a receber 2012	-	(6.294)	-	(6.294)
Retificação de dividendos obrigatórios a receber	-	-	3.217	3.217
Saldos em 30 de junho de 2013	-	75.667	81.506	157.173

(i) O valor refere-se à equivalência patrimonial de janeiro a junho de 2012 no valor de R\$32.957 e à equivalência patrimonial de julho a dezembro de 2012 no valor de R\$10.651.

Dividendos adicionais 2011 ETAU - No dia 24 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU deliberou pelo pagamento de R\$5.669 a título de dividendos referentes ao exercício de 2011, sendo R\$5.544 referentes a dividendos adicionais, considerando a participação da Companhia.

Dividendos adicionais 2012 ETAU - Em 11 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU ratificou a destinação do resultado do exercício de 2012. Os dividendos adicionais propostos no montante de R\$6.294, considerando a participação da Companhia, foram transferidos para a conta de dividendos a pagar. Esses dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2013.

Retificação de dividendos Brasnorte - A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2012, retendo todo o valor dos dividendos obrigatórios como reserva especial (art. 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei 6.404/76).

A movimentação dos investimentos em coligadas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do valor desembolsado na aquisição dessas empresas, apresentado nas informações financeiras individuais (Controladora) e Consolidada, é como segue:

COLIGADAS	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	TOTAL Grupo TBE
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação (i)	805.807	133.552	50.764	417.998	114.830	168.464	1.691.415
Equivalência patrimonial (i)	3.971	331	75	1.902	108	783	7.170
Saldos em 30 de junho de 2013	809.778	133.883	50.839	419.900	114.938	169.247	1.698.585

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 as empresas do Grupo TBE foram adquiridas pela Companhia em 31 de maio de 2013. Logo, em 30 de junho de 2013 a Companhia registrou um mês de equivalência patrimonial dessas empresas.

II. Informações financeiras resumidas e outras

A seguir encontram-se as informações financeiras resumidas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Agregação das informações financeiras - Considerando que as empresas coligadas que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações financeiras das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2013				
	ETAU	BRASNORTE	SUB-TOTAL	GRUPO TBE	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	7.569	9.810	17.379	2.007	19.386
Ativo financeiro (i)	18.648	17.053	35.701	769.560	805.261
Outros ativos circulantes	4.099	3.543	7.642	185.199	192.841
Ativos circulantes	30.316	30.406	60.722	956.766	1.017.488
Ativo financeiro (i)	100.995	243.978	344.973	1.803.280	2.148.253
Investimentos em participações societárias	-	-	-	537.233	537.233
Outros ativos não circulantes	4.138	503	4.641	63.776	63.776
Ativos não circulantes	105.133	244.481	349.614	2.404.289	2.753.903
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.063	10.813	17.876	183.814	201.690
Outros passivos circulantes	14.380	2.716	17.096	131.943	149.039
Passivos circulantes	21.443	13.529	34.972	315.757	350.729
Empréstimos e financiamentos (ii)	24.960	21.519	46.479	659.716	706.195
Outros passivos não circulantes	5.510	29.037	34.547	320.796	355.343
Passivos não circulantes	30.470	50.556	81.026	980.512	1.061.538
Patrimônio líquido individual	83.536	210.802	294.338	2.064.786	2.359.124
Patrimônio líquido individual participação Taesa	43.926	81.506	125.432	991.782	1.117.214
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	31.741	-	31.741	706.803	738.544
Investimento total Taesa	75.667	81.506	157.173	1.698.585	1.855.758

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	ETAU	BRASNORTE	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	2.151	8.895	11.046
Ativo financeiro (i)	18.648	18.832	37.480
Outros ativos circulantes	3.836	3.528	7.364
Ativos circulantes	24.635	31.255	55.890
Ativo financeiro (i)	104.314	261.699	366.013
Outros ativos não circulantes	4.006	578	4.584
Ativos não circulantes	108.320	262.277	370.597
Empréstimos e financiamentos (ii)	6.996	10.760	17.756
Outros passivos circulantes	4.151	10.947	15.098
Passivos circulantes	11.147	21.707	32.854
Empréstimos e financiamentos (ii)	28.078	26.851	54.929
Outros passivos não circulantes	6.030	31.853	37.883
Passivos não circulantes	34.108	58.704	92.812
Patrimônio líquido individual	87.700	213.121	300.821
Patrimônio líquido individual participação Taesa	46.116	82.401	128.517
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	33.216	-	33.216
Investimento total Taesa	79.332	82.401	161.733

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/04/2013 a 30/06/2013				
	ETAU	BRASNORTE	SUB-TOTAL	GRUPO TBE (*)	TOTAL
Receita operacional líquida	6.188	(18.153)	(11.965)	75.616	63.651
Custos e Despesas	(1.193)	(978)	(2.171)	(6.792)	(8.963)
Receitas financeiras	138	164	302	505	807
Despesas financeiras	(1.228)	(773)	(2.001)	(6.131)	(8.132)
Resultado financeiro	(1.090)	(609)	(1.699)	(5.626)	(7.325)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	7.162	7.162
IR e CSLL correntes e diferidos	(243)	6.408	6.165	(14.525)	(8.360)
Lucro (prejuízo) do período	3.662	(13.332)	(9.670)	55.835	46.165
Lucro (prejuízo) do período participação da Taesa	1.925	(5.155)	(3.230)	26.694	23.464
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(767)	-	(767)	(19.524)	(20.291)
Resultado de equivalência Taesa	1.158	(5.155)	(3.997)	7.170	3.173
Resultado abrangente do período	3.662	(13.332)	(9.670)	55.835	46.165
Resultado abrangente do período participação da Taesa	1.925	(5.155)	(3.230)	26.694	23.464
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(767)	-	(767)	(19.524)	(20.291)
Resultado de equivalência Taesa	1.158	(5.155)	(3.997)	7.170	3.173

(*) Refere-se ao resultado do mês de junho de 2013, visto que a participação desta empresa foi adquirida em 31.05.2013 conforme nota explicativa 2.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/04/2012 a 30/06/2012			
	ETAU	BRASNORTE	UNISA	Total
Receita operacional líquida	5.446	4.335	67.926	77.707
Custos e Despesas	(1.128)	(1.151)	(16.536)	(18.815)
Receitas financeiras	118	161	8.732	9.011
Despesas financeiras	(1.492)	(1.181)	(72.943)	(75.616)
Resultado financeiro	(1.374)	(1.020)	(64.211)	(66.605)
IR e CSLL correntes e diferidos	(226)	(146)	16.565	16.193
Lucro do período	2.718	2.018	3.744	8.480
Lucro do período participação da Taesa	1.429	780	1.872	4.081
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(733)	-	1.622	889
Resultado de equivalência Taesa	696	780	3.494	4.970
Lucro abrangente do período	2.718	2.018	3.744	8.480
Lucro abrangente do período participação da Taesa	1.429	780	1.872	4.081
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(733)	-	1.622	889
Resultado de equivalência Taesa	696	780	3.494	4.970

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/01/2013 a 30/06/2013				
	ETAU	BRASNORTE	SUB-TOTAL	GRUPO TBE (*)	TOTAL
Receita operacional líquida	12.406	(13.761)	(1.355)	75.616	74.261
Custos e Despesas	(2.420)	(2.581)	(5.001)	(6.792)	(11.793)
Receitas financeiras	228	304	532	505	1.037
Despesas financeiras	(1.863)	(1.580)	(3.443)	(6.131)	(9.574)
Resultado financeiro	(1.635)	(1.276)	(2.911)	(5.626)	(8.537)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	7.162	7.162
IR e CSLL correntes e diferidos	(542)	6.982	6.440	(14.525)	(8.085)
Lucro (prejuízo) do período	7.809	(10.636)	(2.827)	55.835	53.008
Lucro (prejuízo) do período participação da Taesa	4.106	(4.112)	(6)	26.694	26.688
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(1.476)	-	(1.477)	(19.524)	(21.001)
Resultado de equivalência Taesa	2.630	(4.112)	(1.483)	7.170	5.687
Resultado abrangente do período	7.809	(10.636)	(2.827)	55.835	53.008
Resultado abrangente do período participação da Taesa	4.106	(4.112)	(6)	26.694	26.688
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(1.476)	-	(1.477)	(19.524)	(21.001)
Resultado de equivalência Taesa	2.630	(4.112)	(1.483)	7.170	5.687

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(*) Refere-se ao resultado do mês de junho de 2013, visto que a participação desta empresa foi adquirida em 31 de maio de 2013 conforme nota explicativa 2.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/01/2012 a 30/06/2012			
	ETAU	BRASNORTE	UNISA	Total
Receita operacional líquida	10.975	8.597	146.810	166.382
Custos e Despesas	(2.215)	(2.503)	(26.036)	(30.754)
Receitas financeiras	227	436	17.772	18.435
Despesas financeiras	(2.333)	(2.682)	(73.118)	(78.133)
Resultado financeiro	(2.106)	(2.246)	(55.346)	(59.698)
IR e CSLL correntes e diferidos	(635)	(549)	(5.454)	(6.638)
Lucro do período	6.019	3.299	59.974	69.292
Lucro do período participação da Taesa	3.165	1.276	29.987	34.428
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(1.471)	-	-	(1.471)
Resultado de equivalência Taesa	1.694	1.276	29.987	32.957
Lucro abrangente do período	6.019	3.299	59.974	69.292
Lucro abrangente do período participação da Taesa	3.165	1.276	29.987	34.428
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(1.471)	-	-	(1.471)
Resultado de equivalência Taesa	1.694	1.276	29.987	32.957

(i) Ativo financeiro

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro das controladas em conjunto e coligadas em 30 de junho de 2013:

Ativo financeiro	30/06/2013	31/12/2012
Controladoras em conjunto		
ETAU	119.643	122.962
Brasnorte	261.031	280.531
TOTAL	380.674	403.493
Coligadas		
EATE	958.254	-
EBTE	508.650	-
ECTE	211.714	-
ENTE	554.862	-
ERTE	140.798	-
ETEP	198.562	-
TOTAL	2.572.840	-

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 7.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Concessão	Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Garantias	30/06/2013	31/12/2012
Controladoras em conjunto						
ETAU	BNDES	jan-18	Cesta de Moedas + 4.0% a.a. TJLP + 4.0% a.a	-100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: TAESA, Eletrosul, CEEE e DME; -Direitos da concessão ETAU; e -Recebíveis da concessão ETAU.	32.023	35.074
Brasnorte	CEF	jun-16	107,5% do CDI	-100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletronorte e Bimetal; -Direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte; e -Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.	32.332	37.611
					64.355	72.685
Coligadas						
EATE	Debêntures	mar-16 out-17	CDI + 1,3% CDI + 0,9875%	Sem garantias	364.274	-
EBTE	BNDES	mai-25	TJLP + 2,56%	Penhor dos direitos emergentes da	149.545	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Garantias	30/06/2013	31/12/2012
		nov-19	4,5% a.a.	concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva.		
ECTE	Debêntures	mar-16 out-17	CDI + 1,3% CDI + 0,9875%	Sem garantias	125.816	-
ENTE	Debêntures	mar-16 out-15	CDI + 1,3% TJLP + 5%	Sem garantias	114.081	-
ERTE	BNDES	out-15 out-26	Cesta de moedas + 5% TJLP + 1,97%	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.	40.562	-
ETEP	Debêntures	nov-16	112,5% CDI	Sem garantias	49.253	-
					843.531	-

Os contratos de empréstimos e financiamentos detalhados acima possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de junho de 2013 todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

As Administrações das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, constitui, quando aplicável, provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (apresentados nas informações financeiras resumidas acima, na rubrica "Outros passivos não circulantes") em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Dessa forma, em 30 de junho de 2013, a seguinte empresa apresentava processos com chance de perda provável:

	30/06/2013				Saldo em 31/12/2012
	Trabalhistas	Fiscal	Cíveis	Total	
Controladoras em conjunto					
ETAU	-	-	321	321	321

Em 30 de junho de 2013, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos das empresas abaixo como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	30/06/2013				Saldo em 31/12/2012
	Trabalhistas	Fiscal	Cíveis	Total	
Controladoras em conjunto					
ETAU	21	-	14	35	222
Brasnorte	-	198	61	259	218
				294	440
Coligadas					
EATE	422	2.266	365	3.053	-
EBTE	-	-	4.207	4.207	-
ECTE	-	-	80	80	-
ENTE	-	14.619	192	14.811	-
ETEP	-	-	83	83	-
				22.234	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Ativo circulante				
Adiantamentos diversos	14.192	15.733	13.693	11.915
Partes relacionadas (f)	-	70	22.890	23.583
Antecipações de P&D (a)	20.784	19.425	20.783	15.854
Outras contas a receber	11.397	8.984	11.150	3.010
	46.373	44.212	68.516	54.362
Ativo não circulante				
Partes relacionadas (f)	-	-	40	361
Outras contas a receber (e)	7.556	6.663	7.556	4.636
	7.556	6.663	7.596	4.997
Passivo circulante				
Folha de pagamento	14.924	14.485	14.924	13.531
Compensação ambiental (b)	3.711	3.716	2.048	1.431
Outras contas a pagar (g)	3.825	3.986	3.822	726
	22.460	22.187	20.794	15.688
Passivo não circulante				
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (c)	38.630	45.944	36.186	36.665
Partes relacionadas (f)	298	298	987	1.834
Outras contas a pagar	1.856	1.668	1.855	4
	40.784	47.910	39.028	38.503

- (a) Referem-se às antecipações dos valores aplicados pela Companhia em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo que a Companhia possui dessa natureza registrado no grupo de Taxas Regulamentares nos montantes de R\$49.210 no consolidado e R\$47.472 na controladora em 30 de junho de 2013 (R\$34.502 no consolidado e R\$32.973 na controladora em 31 de dezembro de 2012), quando da aprovação pela ANEEL e do encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a anuência prévia da ANEEL.
- (b) Refere-se à provisão das obrigações com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental, cujo desembolso no período de janeiro a junho de 2013 foi de R\$7 (R\$836 em 2012). A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no período, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- (c) A ANEEL, por meio do Ofício nº 237/2005 - SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o O.N.S. a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o O.N.S. descontou à receita mensal da concessionária o montante de R\$24.760 na controladora e o montante de R\$29.851 no consolidado, em 30 de junho de 2013 (R\$29.426 na controladora e R\$37.650 no consolidado no mesmo período de janeiro a dezembro de 2012).
- (d) Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP em 30 de junho de 2013, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo O.N.S. a partir de 1º de julho de 2013. Com base nesse Ofício, o O.N.S. adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa, no período de janeiro a junho de 2013, os montantes de R\$11.097 na controladora e R\$13.424 no consolidado (R\$33.036 na controladora e R\$40.831 no consolidado no período de janeiro a dezembro de 2012).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (e) Referem-se basicamente a: (i) gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$4.536, exigido pela Resolução Normativa Aneel nº 367 de 2 de junho de 2009. Em 2013 a Companhia enviará o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL a partir do exercício de 2014; e (ii) débitos fiscais de períodos anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, que vêm sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$2.002.
- (f) Vide nota explicativa nº 14 - Partes Relacionadas.
- (g) Referem-se, basicamente, a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia, cuja expectativa de realização é durante o exercício de 2013.

14. PARTES RELACIONADAS

I - Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos apresentados nestas demonstrações intermediárias, estão detalhados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
Ativo circulante				
Contas a receber Taesa X Unisa X ATE III ⁽⁵⁾	-	-	22.890	23.513
Contas a receber Taesa X ETAU ⁽⁸⁾	-	49	-	49
Contas a receber Taesa X BRASNORTE ⁽⁹⁾	-	21	-	21
	-	70	22.890	23.583
Ativo não circulante				
Contas receber Taesa X NTE X SGT ⁽⁶⁾	-	-	40	361
	-	-	40	361
Passivo não circulante				
Contas a pagar Taesa X CEMIG GT ⁽¹⁾	298	298	298	298
Contas a pagar Taesa X UNISA X ATE III ⁽⁷⁾	-	-	689	1.536
	298	298	987	1.834

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 01/06/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 01/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012 (Reapresentado)
Receita				
Receita financeira Taesa X Fundo Pampulha ⁽²⁾	35	195	96	195
Prestação de serviços Taesa X ETAU ⁽⁸⁾	158	147	305	290
Prestação de serviços Taesa X BRASNORTE ⁽⁹⁾	66	62	132	124
	259	404	533	609
Despesas				
Pessoal Taesa X Forluz ⁽³⁾	312	712	1.061	712
Serviços prestados Taesa X Ativas ⁽⁴⁾	177	165	354	329
Despesa de juros Taesa X Brasnorte ⁽¹⁰⁾	-	-	-	80
	489	877	1.415	1.121

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Receitas				
Receita financeira Taesa X Fundo Pampulha ⁽²⁾	35	195	96	195
Prestação de serviços Taesa X ETAU ⁽⁸⁾	158	147	305	290
Prestação de serviços Taesa X BRASNORTE ⁽⁹⁾	66	62	132	124
	259	404	533	609
Despesas				
Pessoal Taesa X Forluz ⁽³⁾	312	712	1.061	712
Serviços prestados Taesa X Ativas ⁽⁴⁾	177	165	354	329
Despesa de juros Taesa X Brasnorte ⁽¹⁰⁾	-	-	-	80
	489	877	1.415	1.121

(a) Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas

1. Taesa x CEMIG GT - Remuneração da Administração

Objeto do contrato: Pagamento da remuneração global anual dos administradores da Companhia realizado pela CEMIG GT referente ao exercício de 2009.

Natureza e razão para operação: Processo de remuneração da Diretoria.

Data da transação: 25 de novembro de 2009.

Montante envolvido: R\$419.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$419.

Saldo existente: R\$298 no Consolidado e na Controladora em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora.

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento do saldo seja realizado até 31 de dezembro de 2014.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Operação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009 quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia.

2. Taesa x CEMIG GT - equivalentes de caixa - Fundo Pampulha

Objeto do contrato: A Companhia e sua controlada SGT são cotistas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. A Companhia, por meio do fundo de investimento, possui um saldo de debêntures emitidas pelo Grupo CEMIG registrado em aplicações financeiras de curto prazo.

Natureza e razão para operação: Aplicação do caixa da Companhia em Fundo de Investimentos - Fundo Pampulha.

Data da transação: 19 de março de 2012.

Montante envolvido: R\$9.820.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.481.

Saldo existente: R\$2.481 no Consolidado e R\$2.470 na Controladora em 30 de junho 2013 (R\$8.402 no Consolidado e R\$7.787 na Controladora em 31 de dezembro de 2012) registrado no balanço patrimonial na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

Resultado: R\$96 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 (R\$195 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012), R\$35 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013 (R\$195 no Consolidado e R\$195 na Controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: 0,9 % ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Garantias e seguros relacionados: Não houve.
Outras informações relevantes: Não houve.

3. Taesa x Forluz - previdência privada (vide nota explicativa nº 28)

Objeto do contrato: Criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em diário oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para operação: Plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: Investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: Não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$1.061 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 (R\$712 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012), R\$312 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013 (R\$712 no Consolidado e R\$ na Controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais empresa e empregado.

Vigência/duração: Não determinada.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Não houve.

4. Taesa X Ativas - contrato de prestação de serviços

Objeto do contrato: Prestação de Serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: Disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da transação: 4 de setembro de 2009.

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$354 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 (R\$329 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012), R\$177 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013 (R\$165 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de Juros cobrada: Não houve.

Correção Monetária: Atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/Duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, este será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: Caso quaisquer uma das PARTES decida rescindir o presente Contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra PARTE, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Não houve.

(b) Transações entre a Companhia e suas controladas

5. Contas a receber Taesa x UNISA x ATE III - contrato de compra de ações da UNISA

Objeto do contrato: Contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para operação: Créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA - ATE II e ATE III à Abengoa, conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 2).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$22.890 na controladora em 30 de junho de 2013 (R\$0 no consolidado e R\$23.513 na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora.

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012 houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 30 de junho de 2013 R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa. Em 28 de fevereiro de 2013 houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$12.

6. Contas a receber Taesa x NTE x SGT - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa

Objeto do contrato: Não há.

Natureza e razão para operação: Reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: Não aplicável.

Montante envolvido: Não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: Não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$40 na Controladora em 30 de junho de 2013 (R\$0 no Consolidado e R\$361 na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: Não há.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$323 da NTE foram eliminados do contas a receber da Taesa.

7. Contas a pagar Taesa x ATE III x UNISA - reembolso de gastos entre empresas do Grupo

Objeto do contrato: Não há.

Natureza e razão para operação: Reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: Não aplicável.

Montante envolvido: Não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: Não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$689 na Controladora em 30 de junho de 2013 (R\$0 no Consolidado e R\$1.536 na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros da cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, o montante de R\$16 foi eliminado nesse processo. Por ocasião da incorporação da ATE II na Taesa em 30 de junho de 2013, o montante de R\$788 foi eliminado nesse processo.

(c) Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto

8. Taesa x ETAU - contrato de serviços de back-office

Objeto do contrato: Contrato de prestação de serviços de back-office para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: Prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 30 de junho de 2013 (R\$49 no Consolidado e na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$305 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 (R\$290 Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012), R\$158 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013 (R\$147 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Atualização monetária: Atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 4 anos a partir da data de assinatura (23 de janeiro de 2017).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a renovação do presente contrato por meio do Despacho nº 181 de 23 de janeiro de 2013.

9. Taesa x Brasnorte - Contrato de serviços de back-office

Objeto do contrato: Contrato de prestação de serviços de back-office para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: Prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$18 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 30 de junho de 2013 (R\$21 no Consolidado e na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$132 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 (R\$124 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012), R\$66 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013 (R\$62 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Atualização monetária: Atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 4 anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: A ANEEL autorizou o presente contrato por meio do Despacho nº 195/2013.

10. Brasnorte x Taesa - Reembolso de IRRF

Objeto do contrato: Não aplicável.

Natureza e razão para operação: Obrigação da Taesa em reembolsar o IRRF sobre o mútuo entre a Taesa e a Brasnorte não retido no pagamento do saldo desse mútuo.

Data da transação: 14 de fevereiro de 2011.

Montante envolvido: R\$3.763

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 (R\$80 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012), R\$0 no Consolidado e na Controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013 (R\$0 no Consolidado e na Controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Atualização Monetária: Atualização pelo CDI.
Vigência/duração: Não houve.
Condições de rescisão ou extinção: Não houve.
Garantias e seguros relacionados: Não houve.
Outras informações relevantes: O saldo foi liquidado em 13 de fevereiro de 2012.

11. Brasnorte x Taesa (TSN) - Contrato de comodato de imóvel

Objeto do contrato: Contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa - TSN (comodante).
Natureza e razão para operação: A ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636 de 25 de abril de 2008.
Data da transação: 25 de abril de 2008.
Montante envolvido: Não aplicável (o contrato não possui valor).
Montante correspondente à participação da Companhia R\$: Não aplicável.
Saldo existente: Não aplicável.
Resultado: Não aplicável.
Taxa de juros cobrada: Não aplicável.
Vigência/duração: Válido por tempo indeterminado.
Condições de rescisão ou extinção: Não aplicável.
Garantias e seguros relacionados: Não aplicável.
Outras informações relevantes: Não houve.

II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal

- Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de janeiro a junho de 2013:
 - Conselho de Administração - Remuneração fixa: 100%
 - Comitês: Os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
 - Diretoria - Remuneração fixa: 63,9% e Remuneração Variável: 36,1%
 - Conselho fiscal: Remuneração fixa: 100%
- Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a junho de 2013:

	01/01/2013 a 30/06/2013			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	22	3	10	35
Remuneração fixa	906	1.663	152	2.721
Salário ou pró-labore (incluindo os encargos)	906	1.479	152	2.537
Benefícios diretos e indiretos	n/a	184	n/a	184
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	-	940	-	940
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	940	n/a	940
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	906	2.603	152	3.661

(n/a) = Não aplicável

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	01/04/2013 a 30/06/2013			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
Número de membros	22	3	10	35
Remuneração fixa	459	856	80	1.395
Salário ou pró-labore (incluindo os encargos)	459	758	80	1.296
Benefícios diretos e indiretos	n/a	98	n/a	98
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	-	475	-	475
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	475	n/a	475
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	459	1.331	80	1.870

(n/a) = Não aplicável

3. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a junho de 2013:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros efetivos	11	3	5
Número de membros suplentes (*)	11	-	5
Valor da maior remuneração individual no período (mensal)	11	180	6
Valor da menor remuneração individual no período (mensal)	5	125	5
Valor médio de remuneração individual no período (mensal)	8	145	5

(*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONSOLIDADO					
	Encargos	Principal	Total Circulante	Não Circulante	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
MOEDA NACIONAL						
SINDICATO - SANTANDER	-	-	-	-	-	16.244
CITIBANK E BNP	-	-	-	-	-	-
BB-BI (**)	4.087	399.781	403.868	-	403.868	-
BNDES	18	78	96	3.697	3.793	516.470
UNIBANCO	-	-	-	-	-	786
	4.105	399.859	403.964	3.697	407.661	533.500
MOEDA ESTRANGEIRA						
BID	1.598	32.295	33.893	307.405	341.298	521.836
	1.598	32.295	33.893	307.405	341.298	521.836
	5.703	432.154	437.857	311.102	748.959	1.055.336
TAESA	4.105	399.859	403.964	3.665	407.629	17.743
SGT	-	-	-	32	32	-
ATE III (*)	1.598	32.295	33.893	307.405	341.298	-
UNISA (*)	-	-	-	-	-	959.112
NTE (*)	-	-	-	-	-	78.481
	5.703	432.154	437.857	311.102	748.959	1.055.336

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

(**) Saldo líquido dos custos de captação (custos a amortizar), incorridos na 6ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$220 em 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2014	2015	2016	Após 2016	Não circulante	Total
CDI	404.088	-	-	-	-	-	404.088
TJLP	19	10	21	21	98	150	169
TAXA FIXA	9.887	4.744	10.022	11.618	99.198	125.582	135.469
LIBOR	24.083	12.371	26.218	27.347	119.434	185.370	209.453
(-) Custos a amortizar	(220)	-	-	-	-	-	(220)
	437.857	17.125	36.261	38.986	218.730	311.102	748.959

Fonte	Concessão	Tipo de captação	Encargos	Despesas financeiras líquidas		Saldo	
				30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
SINDICATO - SANTANDER, CITIBANK E BNP	TAESA (NVT)	Empréstimo	CDI + 0,90% a.a.	(226)	(1.418)	-	16.244
SINDICATO - HSBC E JPMORGAN (a)	TAESA	Notas promissórias (4ª emissão)	105,5% CDI	-	(58.429)	-	-
BB - BI (a)	TAESA	Notas promissórias (5ª emissão)	104% CDI	-	(7.596)	-	-
BB - BI (a)	TAESA	Notas promissórias (6ª emissão)	104% CDI	(4.124)	-	403.868	-
BNDES - FINAME (b)	TAESA (TSN)	Subcrédito "A"	Taxa Fixa 2,5% a.a.	(1)	-	2.262	-
BNDES - FINAME (b)	TAESA (NVT)	Subcrédito "A"	Taxa fixa 8,70% a.a.	(32)	(34)	764	764
BNDES - FINAME (b)	TAESA (TSN)	Subcrédito "A"	Taxa fixa 5,50% a.a.	(20)	-	735	735
BNDES - FINAME (b)	SGT	Subcrédito "A"	Taxa Fixa 2,5% a.a.	-	-	32	-
BNDES (c)	TAESA (NTE)	Subcrédito "C"	Cesta de Moedas + 5,0% a.a.	(1.028)	(5.726)	-	78.481
BNDES (c) *	TAESA (ATE)	Subcrédito "A"e"B"	TJLP + 4,0% a.a.	(1.544)	-	-	142.765
BNDES (c) *	TAESA (ATE II)	Subcrédito "A"	TJLP + 3% a 4,3% a.a.	(5.742)	-	-	240.293
BNDES (c) *	TAESA (STE)	Subcrédito "A"e"B"	TJLP + 5,0% a.a.	(705)	-	-	53.432
UNIBANCO (c) *	TAESA (STE)	Subcrédito "A"	TJLP + 3,8% a.a.	(11)	-	-	786
BID (c) *	TAESA (ATE II)	Empréstimo "A"	Libor + spread de 2,5% a.a.	510	-	-	192.632
BID (c) *	ATE III	Empréstimo "A"	Pré-fixada 4,23% + spread de 1,975% a.a.	(32.221)	-	341.298	329.204
		Empréstimo "A2"	Libor + spread de 1,975% a.a.				
		Empréstimo "B"	Libor + spread de 1,6% a.a.				
				(45.144)	(73.203)	748.959	1.055.336

(*) Essas empresas em 30 de junho de 2012 eram controladas em conjunto e, por esse motivo, foram contabilizadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de junho de 2012 pelo método de equivalência patrimonial. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4.1.2.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Notas promissórias - Taesa

4ª Emissão - Em 29 de novembro de 2011 a Companhia emitiu 234 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo um valor total de R\$1.170.000, com vencimento em 23 de novembro de 2012. Essas notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 105,5% do CDI.

A emissão das notas promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 10 de outubro de 2011. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das notas promissórias foram utilizados para o pagamento da aquisição de ativos de propriedade do Grupo Abengoa. Os custos de captação das notas promissórias foram de R\$2.165, representando 0,19% dos recursos captados.

Em 21 de novembro de 2012, com recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures e complementados por recursos próprios, a 4ª emissão de notas promissórias foi liquidada no valor de R\$1.277.600. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado dessas notas.

5ª Emissão - Em 25 de maio de 2012 a Companhia emitiu 181 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo um valor total de R\$905.000, com vencimento em 20 de maio de 2013. Essas notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104% do CDI.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 23 de maio de 2012. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Notas Promissórias foram utilizados para o pagamento do contrato de Compra e Venda de Ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na UNISA. Os custos de captação das notas promissórias foram de R\$161, representando 0,02% dos recursos captados.

Em 21 de novembro de 2012, com recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures e complementados por recursos próprios, a 5ª emissão de notas promissórias foi liquidada no valor de R\$939.782. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado dessas notas.

6ª Emissão - Em 10 de maio de 2013 a Companhia emitiu 80 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo um valor total de R\$400.000, com vencimento em 5 de maio de 2014. Essas notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104% do CDI.

A emissão das notas promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 30 de abril de 2013. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das notas promissórias foram utilizados para o pré-pagamento de dívidas de sua subsidiária ATE II (controlada esta incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2013 - outras informações vide nota explicativa nº 1). Os custos de captação das notas promissórias foram de R\$256, representando 0,06% dos recursos captados. Em 30 junho de 2013 o saldo a amortizar era de R\$220.

(b) Financiamentos vigentes BNDES (SANTANDER FINAME) e BID

- BNDES (SANTANDER FINAME) - Taesa - Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia assinou, com o Santander, Cédula de Crédito Bancário - BNDES FINAME PSI - Programa de Sustentação do Investimento, para investimento.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Até 30 de junho de 2013, ocorreu a liberação de R\$2.262, dos R\$23.504 financiados com as seguintes características:

- Prazo e data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 17 de junho de 2013 e o 1º vencimento de amortização em 15 de janeiro de 2015; a última parcela será paga em 15 de dezembro de 2022.
- Remuneração: 2,50% ao ano.
- BNDES (SANTANDER FINAME) - São Gotardo - Em 4 de dezembro de 2012, a São Gotardo assinou, com o Santander, Cédula de Crédito Bancário - BNDES FINAME PSI - Programa de Sustentação do Investimento, para investimento.

Até 30 de junho de 2013, ocorreu a liberação de R\$32, dos R\$19.571 financiados com as seguintes características:

- Prazo e data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 17 de junho de 2013 e o 1º vencimento de amortização em 15 de janeiro de 2015; a última parcela será paga em 15 de dezembro de 2022.
- Remuneração: 2,50% ao ano.
- BNDES (SANTANDER FINAME) - Taesa - Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou com o Santander Cédula de Crédito Bancário - BNDES FINAME PSI - Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SEs Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi.

Em 28 de outubro de 2011, ocorreu a liberação total do financiamento, no montante de R\$755, com as seguintes características:

- Subcrédito A: R\$587 e Subcrédito B: R\$168, totalizando R\$755.
- Prazo e data de vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de novembro de 2011 e o 1º vencimento de amortização em 15 de setembro de 2013; a última parcela será paga em 15 de agosto de 2021.
- Remuneração: Subcrédito A - 8,70% ao ano; Subcrédito B - TJLP - TJ462 + 4,20% ao ano.
- BNDES (SANTANDER FINAME) - Taesa - Em 20 de junho de 2012, a Companhia assinou, com o Santander, Cédula de Crédito Bancário - BNDES FINAME PSI - Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SEs Ibicoara destinado a obras de reforço e aquisição de equipamentos.

Em 10 de agosto de 2012, ocorreu a liberação total do financiamento, no montante de R\$727, referentes ao Subcrédito A, com as seguintes características:

- Prazo e data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

de encargos em 15 de outubro de 2012 e o 1º vencimento de amortização em 15 de agosto de 2014; a última parcela será paga em 15 de julho de 2022.

- Remuneração: 5,50% ao ano.
- **BID - ATE III** - A ATE III firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o BID, em um montante global de US\$205.462, dividido em dois subcréditos, sendo: Subcrédito A - Em 4 de abril de 2008 foi liberado o montante de US\$95.462, sendo US\$23.462 corrigidos pela LIBOR + 1,975% ao ano e US\$72.000 corrigidos pela Libor prefixada no período de 4,23% + *spread* de 1,975% a.a., cujos vencimentos finais serão em 15 de maio de 2023; e Subcrédito B - Em 4 de abril de 2008 foi liberado o montante de US\$110.000, corrigido atualmente pela LIBOR + 1,6% ao ano, cujo vencimento final será em 15 de maio de 2020.

Não houve custos de captação nos empréstimos com BNDES (Santander Finame) e BID.

(c) Financiamentos liquidados antecipadamente em 2013

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2013, foi aprovada a liquidação antecipada das dívidas junto ao BNDES das empresas ATE, NTE e STE, o Finame da STE e o Sindicato de Bancos (Santander, BNP e Citibank) da Taesa.

Em 12 de abril de 2013 a RCA da Companhia orientou o voto favorável em Assembleia Geral da ATE II Transmissora de Energia Elétrica S.A., com relação à liquidação antecipada das dívidas da ATE II com o BNDES e o BID, todas oriundas de operações de "Project Finance".

As principais características e condições desses financiamentos estão detalhadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas na Imprensa Oficial em 27 de março de 2013.

Apresentamos a seguir um resumo de todos os financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 pelo Grupo Taesa:

Empresa/Concessão	Credor	Data de liquidação	Montante
TAESA (NVT)	SINDICATO - SANTANDER, CITIBANK E BNP	15/03/2013	13.581
STE	UNIBANCO	15/03/2013	526
STE	BNDES	15/03/2013	51.181
NTE	BNDES	15/03/2013	74.664
ATE	BNDES	15/03/2013	138.139
ATE II	BNDES	15/05/2013	228.462
ATE II	BID	15/05/2013	192.124
			698.677

O objetivo dessas liquidações foi reduzir o custo da dívida e obter mais flexibilidade financeira. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso de gerar valor para os seus acionistas através da otimização de sua estrutura de capital.

Cláusulas Restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes

As principais cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas referentes aos empréstimos e financiamentos vigentes seguem abaixo:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

CLÁUSULAS RESTRITIVAS - CONTRATOS VIGENTES	ATE III	TAESA	
	BID	BNDES (SANTANDER FINAME)	BB - BI NOTAS PROMISSÓRIAS (6ª EMISSÃO)
Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.		X	
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar nem gravar e/ou, por qualquer forma, negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresso consentimento do BID. Não constituir garantias de nenhuma espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BID.	X		
Sem autorização prévia do BID: não realizar distribuição de dividendos nem pagamento de juros sobre o capital próprio cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas. Não emitir débitos, pagamento de juros e amortização nem novas dívidas sem autorização prévia do BID.	X		
Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a Beneficiária deverá apresentar ao BID contrato de O&M em termos satisfatórios ao BID, firmado com empresa de capacidade técnica reconhecida.	X		
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.	X		
Índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.	X		
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) o ano e, a partir deste momento, 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.	X		
Manter em conta de reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar norte-americano).	X		
Índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 1,22	X		
Indicadores financeiros - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - $\geq 1,3$.	X		
Não transformar a Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.			X
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$100.000 ou seu equivalente em outra moeda.			X
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou das sociedades controladas pela Emissora, que represente, separadamente ou em conjunto, um valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas à época.			X
Não ter protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$100.000 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto.			X
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$100.000 ou seu equivalente em outra moeda.			X
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto por determinação legal.			X

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

CLÁUSULAS RESTRITIVAS - CONTRATOS VIGENTES	ATE III	TAESA
	BID	BNDES (SANTANDER FINAME) BB - BI NOTAS PROMISSÓRIAS (6ª EMISSÃO)
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.		X

Em 30 de junho de 2013 a Companhia e suas controladas possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas "covenants" anteriormente mencionadas.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes garantias para os seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de junho de 2013:

GARANTIDOR	BENEFICIÁRIO	GARANTIA
TAESA	BNDES (SANTANDER-FINAME)	1- Não há garantias.
ATE III	BID	1 - Ações nominativas da sociedade. 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão.
TAESA	NOTAS PROMISSÓRIAS (6ª EMISSÃO)	1- Não há garantias.

16. DEBÊNTURES

Moeda nacional	CONSOLIDADO							30/06/2013	31/12/2012
	Circulante				Não circulante				
	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
1ª EMISSÃO	50.764	216.441	(476)	266.729	432.883	(167)	432.716	699.445	661.659
2ª EMISSÃO	2.601	-	(841)	1.760	815.000	(1.460)	813.540	815.300	814.649
3ª EMISSÃO	90.077	-	(211)	89.866	2.235.998	(2.168)	2.233.830	2.323.696	2.206.391
	143.442	216.441	(1.528)	358.355	3.483.881	(3.795)	3.480.086	3.838.441	3.682.699

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2014	2015	2016	Após 2016	Não circulante	Total
CDI	181.966	327.500	327.500	195.000	860.000	1.710.000	1.891.966
IPCA	177.917	101.441	101.441	-	1.570.999	1.773.881	1.951.798
(-) Custos a amortizar	(1.528)	(649)	(819)	(538)	(1.789)	(3.795)	(5.323)
	358.355	428.292	428.122	194.462	2.429.210	3.480.086	3.838.441

Fonte	Concessão	Tipo de captação	Encargos financeiros anuais (%)	Despesas financeiras líquidas		Parcelas a vencer	Vencimento das séries
				30/06/2013	30/06/2012		
SIND. DE BANCOS (BANESPA, BNP PARIBAS BRASIL E CITIBANK S.A)	TAESA	DEBÊNTURES 1ª EMISSÃO	CDI+1,3 % a.a.	14.811	19.464	3	15/07/2015
			IPCA+7,91% a.a.	22.975	19.278	3	15/07/2015
ITAU BBA	TAESA	DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO	CDI+1,4 %a.a.	17.700	22.761	5	15/12/2015
			CDI+1,6 %a.a.	10.508	13.433	9	15/12/2017
			CDI+1,6 %a.a.	6.276	8.007	9	15/12/2017
ITAU BBA	TAESA	DEBÊNTURES 3ª EMISSÃO	CDI+0,78 %a.a.	25.848	-	5	15/10/2017
			IPCA+4,85% a.a.	48.029	-	8	15/10/2020
			IPCA+5,10% a.a.	43.429	-	12	15/10/2024
				189.576	82.943		

1ª emissão - Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da 1ª série, no valor de R\$345.000 e 25.500 da 2ª série, no valor de R\$255.000, perfazendo um valor total de R\$600.000. A emissão das

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

debêntures foi aprovada por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2010.

Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados. Em 30 junho de 2013 o saldo a amortizar era de R\$643 (R\$998 em 31 de dezembro de 2012).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% CDI, com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão.

2ª emissão - Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, no valor de R\$425.000, 2.450 da 2ª série, no valor de R\$245.000, e 1.450 da 4ª série, no valor de R\$145.000, perfazendo um valor total de R\$815.000. A emissão das debêntures foi aprovada por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2010.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Em 30 de junho de 2013 o saldo a amortizar era de R\$2.301 (R\$2.722 em 31 de dezembro de 2012).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelo Grupo (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.

3ª emissão - Em 15 de outubro de 2012 a Companhia emitiu 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, no valor de R\$665.000, 793.000 da 2ª série, no valor de R\$793.000, e 702.000 da 3ª série, no valor de R\$702.000, perfazendo um valor total de R\$2.160. A emissão das debêntures foi aprovada por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2012.

Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Em 30 de junho de 2013 o saldo a amortizar era de R\$2.379 (R\$2.484 em 31 de dezembro de 2012).

Os recursos líquidos obtidos pela emissora por meio da integralização das debêntures, e complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissão, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas. Outras informações sobre essas notas promissórias estão detalhadas na nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As quantidades de debêntures alocada em cada emissão e as respectivas séries foram definidas de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurado em procedimento de *Bookbuilding* em cada emissão.

As debêntures emitidas pela Companhia possuem as seguintes características:

Características	TAESA		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú (2ª emissão)	Itaú (3ª emissão)
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	1ª e 2ª séries: cinco anos (15 de julho de 2015).	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015); e 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017); 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020); e 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).
Atualização monetária	1ª série: não será atualizado. 2ª série: atualizada pelo IPCA.	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada. 2ª e 3ª séries: atualizada pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,30%; e 2ª série: IPCA + 7,91%.	1ª série: CDI + 1,40%; 2ª série: CDI + 1,60%; e 4ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%; 2ª série: IPCA + 4,85%; e 3ª série: IPCA + 5,10%.
Data de pagamento dos juros	1ª e 2ª séries: 15 de julho de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011.	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª e 2ª séries: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013.	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014; e 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018; e 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.

As principais cláusulas restritivas referentes às debêntures emitidas pela Companhia são:

Cláusulas restritivas	TAESA		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú (2ª emissão)	Itaú (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.		X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do	X	X	X

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Cláusulas restritivas	TAESA		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú (2ª emissão)	Itaú (3ª emissão)
capital social, exceto por determinação legal.			
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, que resulte em diminuição do <i>rating</i> da Emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas.			X

Em 30 de junho de 2013 a Companhia possui pleno atendimento às cláusulas restritivas (*covenants*).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2013 a controlada ATE III possui um instrumento financeiro derivativo para administrar a sua exposição a risco de taxa de juros (*swap*), conforme detalhado na nota explicativa nº 23. Em 30 de junho de 2013 a Companhia e suas controladas não participavam de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, nem efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco nem possuem garantia de margem em suas operações.

Em 30 de junho de 2013 o instrumento derivativo refere-se a:

- *Swap* de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento da taxa de juros do financiamento contratado com o BID pela ATE III. Dadas às características do contrato, esse *swap* só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os derivativos contratados pelas empresas do Grupo (ATE II e ATE III) podem ser resumidos conforme a tabela a seguir:

	30/06/2013			31/12/2012		
	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber
Contratos de swap						
Posição ativa - taxa Libor	R\$138.251	367	367	R\$265.953	546	546
Contratos de opções						
Posição titular - compra moeda estrangeira	-	-	-	US\$11.390	421	421
		367	367		967	967

Conforme detalhado na nota explicativa nº 15, em maio de 2013 a ATE II realizou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento junto ao BID, bem como os derivativos contratados nessa operação (Swap de taxa de juros - Libor). No dia 15 de maio de 2013 também encerrou o período que a ATE III deveria manter contrato de opções para compra de moeda estrangeira. Conforme contrato junto ao BID, a ATE III contratava opções para as três próximas parcelas a vencer nos cinco primeiros anos do contrato, sendo a última parcela protegida por estes contratos em 15 de maio de 2013.

	Ganhos (perdas) não realizados			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 (*)	01/01/2012 a 30/06/2012 (*)
Contratos de swap				
Posição ativa - taxa libor	(180)	(179)	-	-
Contratos de opções				
Posição titular - compra moeda estrangeira	(67)	(418)	-	-
	(247)	(597)	-	-

(*) Essas empresas em 30 de junho de 2012 eram controladas em conjunto e, por esse motivo, foram contabilizadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de junho de 2012 pelo método de equivalência patrimonial. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4.1.2.

Esse instrumento financeiro derivativo está classificado na categoria de valor justo por meio de resultado. O valor justo desse instrumento financeiro derivativo é enquadrado como nível 2, conforme definição da nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento e o impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como as características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Valor referência contratado		Instituição Vencimento	Valor justo	
		30/06/2013	31/12/2012		30/06/2013	31/12/2012
Contratos de swaps (R\$)						
Propósito de proteção: Risco de juros (Libor)						
Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$115.147	Santander 11/2022	-	333
Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$12.555	Santander 11/2018	-	8
Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 7% a.a.	R\$138.251	R\$138.251	Santander 05/2020	367	205
		R\$138.251	R\$265.953		367	546
Contratos de opções (US\$)						
Propósito de proteção: Mudança na taxa de câmbio (dólar norte-americano)						
US\$	BRL	-	US\$11.390	Citibank 05/2013	-	421
					-	421

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade relacionado aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2013. A exposição da Companhia aos demais riscos de taxas de juros e as respectivas análises de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

Operação	Exposição/ Valor de referência	Risco	30/06/2013		
			Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Hedge					
Dívida em Libor	209.453	Swap (*) Aumento da Libor	-	-	-
		Dívida Aumento da Libor	-	(223)	(447)
Efeito líquido resultado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2013 - aumento (redução)			-	(223)	(447)

(*) O swap de taxa de juros (Libor) tem o objetivo de mitigar o risco de aumento da taxa de juros Libor, limitando sua exposição à Libor em 7%. Dadas às características do contrato, esse swap só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que os cenários estimados para Libor apresentada na nota explicativa nº 23 não ultrapassa esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo em qualquer um dos cenários anteriormente apresentados.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

18. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	30/06/2013				31/12/2012			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
TAESA	496	2.002	26	2.524	752	100	26	878
NTE (*)	-	-	-	-	24	2.003	-	2.027
UNISA (*)	-	-	-	-	48	-	-	48
	496	2.002	26	2.524	824	2.103	26	2.953

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Apresentamos a seguir a movimentação do período:

	31/12/2012 (Reapresentado)	Transferência (*)	Baixas	30/06/2013
Consolidado				
Trabalhistas	824	-	(328)	496
Fiscais	2.103	-	(101)	2.002
Cíveis	26	-	-	26
	2.953	-	(429)	2.524
Controladora				
Trabalhistas	752	73	(328)	496
Fiscais	100	2.002	(101)	2.002
Cíveis	26	-	-	26
	878	2.075	(429)	2.524

(*) Refere-se às incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas, envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2013, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de êxito possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	30/06/2013				31/12/2012			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
TAESA	1.004	113.633	12.330	126.967	2.062	85.898	8.966	96.926
NTE (*)	-	-	-	-	-	5.590	484	6.074
ATE III (*)	-	16.124	76	16.200	-	-	-	-
UNISA (*)	-	-	-	-	80	41.043	7.291	48.414
	1.004	129.757	12.406	143.167	2.142	132.531	16.741	151.414

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais, como segue:

- **TAESA (TSN)** - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$31.881, bem como a embargos à execução fiscal no valor de R\$514 e ação anulatória de débito fiscal referente ao IPI no valor de R\$604.
- **TAESA (NOVATRANS)** - Referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.165.
- **TAESA (ETEO)** - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$39.983. O principal processo administrativo tributário refere-se ao auto de infração sofrido no ano-calendário 2012 referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina na aquisição da ETEO no valor de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012 a Companhia recebeu uma intimação da Receita Federal do Brasil que julgou improcedente a impugnação do auto de infração. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão.
- **TAESA (NTE)** - Referem-se a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$4.907, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$716, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- **TAESA (ATE)** - Referem-se a manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS,

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$8.782, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

- **TAESA (STE)** - Referem-se a manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$6.157, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$4.386, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- **TAESA (ATE II)** - Referem-se a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.243, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- **ATE III** - Referem-se a processos administrativos tributários totalizando R\$14.786, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$1.338, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e a outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo O.N.S. e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

Em 29 de março de 2012, a Taesa apresentou impugnação ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$102.374, em razão de suposta falta de recolhimento do IRRF sobre a remessa ao exterior efetuada pela Lovina à Tyco International Holding SARL ("TYCO"), em virtude da aquisição da ETEO, por entender que a alíquota aplicável ao caso seria de 25% e não de 15%. Em 21 de dezembro de 2012, foi interposto Recurso Voluntário contra a decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, a qual manteve, por maioria de votos, o lançamento fiscal na sua integralidade por entender que os documentos estrangeiros apresentados pela empresa não comprovariam que a TYCO não seria regida pela lei luxemburguesa de 31 de julho de 1929 (fato que afastaria a aplicação da alíquota de 25%), o qual se encontra pendente de julgamento.

Segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances de êxito nesse processo são prováveis. Adicionalmente, a Administração entende que não há qualquer risco de perda

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

financeira para a Companhia em razão do contrato de compra e venda firmado entre as partes à época, o qual garante o ressarcimento dos valores envolvidos em caso de julgamento desfavorável do processo.

Ativos contingentes

O principal ativo contingente do Grupo Taesa refere-se à ação judicial proposta pela Novatrans e TSN, que vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS, promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual estava sendo requerida a compensação dos débitos tributários realizados no período de abril de 2001 a janeiro de 2004, a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Em 4 de dezembro de 2012, houve o trânsito em julgado da referida ação que julgou favorável o pleito das empresas.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	CONSOLIDADO			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
IRPJ e CSLL correntes	(26.356)	(19.307)	(60.124)	(34.655)
IRPJ e CSLL diferidos	22.988	5.387	95.954	7.191
	(3.368)	(13.920)	35.830	(27.464)

	CONTROLADORA			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
IRPJ e CSLL correntes	(20.971)	(16.093)	(44.575)	(28.463)
IRPJ e CSLL diferidos	10.322	4.458	84.258	5.216
	(10.649)	(11.635)	39.683	(23.247)

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

CONSOLIDADO	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	105.771	87.866	237.719	197.232
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(35.962)	(29.875)	(80.824)	(67.059)
Equivalência patrimonial	1.079	1.690	1.934	11.205
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE	19.811	13.950	36.688	26.798
Incentivo fiscal IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	708	733	830	733
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	7.490	-	73.466	-
Outros	3.506	(419)	3.736	859
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)	(3.368)	(13.920)	35.830	(27.464)
Alíquota efetiva	3%	16%	n/a	14%

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

CONTROLADORA	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	113.052	85.581	233.866	193.015
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(38.438)	(29.097)	(79.515)	(65.625)
Equivalência patrimonial	4.154	5.889	17.039	20.133
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE	11.930	10.376	23.509	19.784
Incentivo fiscal IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	713	722	791	722
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	7.490	-	73.466	-
Outros	3.502	476	4.392	1.739
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)	(10.649)	(11.635)	39.683	(23.247)
Alíquota efetiva	9%	14%	n/a	12%

(*) Como consequência do processo de incorporação de subsidiárias integrais, descrito na nota explicativa nº 1, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo, assim, a diferença temporária anteriormente existente.

Benefício Fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas indicadas na tabela abaixo possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia - e pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, que representam uma redução de 75% do IR devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Pará. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela abaixo e possuem as seguintes restrições: (i) o valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos seus acionistas; (ii) o valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e (iii) o valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada. Segue abaixo tabela que define as principais características e prazos dos benefícios fiscais da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto:

Concessão	Agência	Laudo Constitutivo	Localidade	Prazo
<u>Taesa</u>				
TSN	SUDENE	260/2003	BA e GO	31/12/2013
Novatrans	SUDAM	169/2004	TO, MA e DF	31/12/2013
GTESA	SUDENE	126/2004	PB e PE	31/12/2013
PATESA	SUDENE	11/2005	RN	31/12/2013
NTE (*)	SUDENE	323/2004	PE	31/12/2013
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/2007 e 38/2007	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
<u>Controladas</u>				
ATE III	SUDAM	60/2009	PA e TO	31/12/2018

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de junho de 2013 é de aproximadamente 52,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas (68,21% em 30 de junho de 2012).

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

(*) Benefício fiscal NTE - Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 0323, expedido pela SUDENE em 23 de dezembro de 2004, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º, do artigo 60, da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos têm validade até o ano 2013 e impõem algumas obrigações e restrições (Para outras informações, vide nota explicativa nº 17). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela empresa, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no último dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via 'original' do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento.

Em que pese os argumentos alegados no recurso, a empresa anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 0323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto pela empresa para: (i) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (ii) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ (Delegacia da Receita Federal de Julgamento) reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

pedido, mas, por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso apresentamos recurso voluntário ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) em 14 de junho de 2013.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de junho de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho final do processo.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a. Capital social - Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN (203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2011¹), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000 (cinco bilhões de reais), com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previsto em lei e as disposições do Estatuto da Companhia.

Nova emissão de ações² - Em 19 de julho de 2012, a Companhia emitiu 24 milhões de *units* no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65,00 por *unit*. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de *units*, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de *units* no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755.000, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas

¹ Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de ações em 31 de dezembro de 2011 seria representado por 610.553.133 ações ordinárias - ON e 179.943.588 ações preferenciais.

² Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de *units* emitidas foi de 81 milhões, mediante a emissão de 243 milhões de novas ações, sendo 81 milhões de ações ordinárias e 162 milhões de ações preferenciais. Em decorrência disto, o capital da Companhia passou a ser composto por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$3.067.536 que, deduzido o custo de emissão, líquido de impostos e contribuições, no valor total de R\$25.501, totalizando R\$3.042.035, representado por 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Desdobramento de ações - Em 4 de dezembro de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, representadas ou não por certificados de depósito de ações (*units*), de forma que cada ação do capital social passará a ser representada por três ações da mesma espécie, sendo automaticamente constituídas em *units* as ações decorrentes do desdobramento de ações que constituíam *units*, guardada a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais por *unit*, sendo observado que as ações que não estão constituídas em *units* serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de *units*.

O desdobramento, por resultar apenas no aumento da quantidade de ações, sem modificação do capital social, não acarreta nenhum efeito patrimonial para a Companhia, não existindo, assim, nenhuma mudança na proporção entre ações ordinárias e preferenciais ou nos direitos e nas características de cada espécie de ação, visto que as ações oriundas do desdobramento terão todos os direitos conferidos à sua espécie e farão jus integralmente a todos os proventos, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital, que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data.

Em razão da aprovação do desdobramento das ações de emissão da Companhia, o seu capital social passou a ser representado por 1.033.496.721 ações, sendo 691.553.133 ações ordinárias e 341.943.588 ações preferenciais, sem alteração do valor do capital social.

- b. A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu	305.034.360	44,11%	-	-	305.034.360	29,51%	305.034.360	29,51%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.444.084	13,51%	186.888.144	54,66%	280.332.228	27,13%	-	-
Outros	2.460	-	4.800	-	7.260	-	-	-
Total	691.553.133	100,0%	341.943.588	100,0%	1.033.496.721	100,0%	753.157.233	72,87%

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia.
- Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou desse Estatuto Social, requeriram sua deliberação em Assembleia Geral.

- Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia.
 - Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia.
 - Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
- c. Reserva legal - Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.
- d. Reserva de incentivo fiscal - A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados da Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$40.438 em 2013 (R\$40.438 em 2012), foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

As seguintes condições mencionadas a seguir foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- (i) Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente.
 - (ii) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.
 - (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
 - (iv) Constituição de reserva de lucro com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
 - (v) Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM e SUDENE.
- e. Reserva especial - Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2011 após a constituição da reserva legal, a constituição da reserva de incentivo fiscal e da provisão para dividendos obrigatórios, no montante de R\$214.267. Em 27 de abril de 2012 a

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária destinou o total dessa reserva ao pagamento de dividendos no exercício de 2012.

- f. Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319 de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa, totalizando o montante de R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$61.701, será capitalizado no exercício de 2013 e o valor do benefício fiscal referente a 1º de janeiro a 30 de junho de 2013, no valor de R\$14.072, será capitalizado no exercício de 2014.
- g. Remuneração aos acionistas - O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante (*tag-along* com 100% do preço).

Proposta de destinação do lucro do exercício de 2012

Lucro do exercício de 2012	589.182
- Reserva legal (5%)	(29.459)
- Reserva de incentivo fiscal	(40.438)
- Dividendos intercalares pagos em 2012 (R\$0,15481 por ação ON e PN)	(160.000)
- Dividendos provisionados (R\$0,09641 por ação ON e PN)	(99.643)
- Dividendos obrigatórios (50%) (R\$0,25123 por ação ON e PN)	(259.643)
- Dividendos adicionais propostos (R\$0,25123 por ação ON e PN)	(259.642)
Resumo das destinações:	
- Reservas	(69.897)
- Dividendos (R\$0,50245 por ação ON e PN)	(519.285)
Total	<u>(589.182)</u>

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 ratificou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2012 acima.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
Ativo circulante				
Dividendos a receber da Brasnorte	-	3.215	-	3.215
Dividendos a receber da ETAU	6.386	1.030	6.386	1.030
Dividendos a receber da NTE (*)	-	-	-	13.027
Dividendos a receber da UNISA (*)	-	-	-	671
Dividendos a receber da ATE III (*)	-	-	22.161	-
	6.386	4.245	28.547	17.943
Passivo circulante				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (**)	5	99.648	5	99.648
	5	99.648	5	99.648

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

(**) Em 31 de dezembro de 2012 este saldo refere-se aos dividendos obrigatórios remanescentes do exercício de 2012, no valor de R\$99.643 (R\$0,09641 por ação ON e PN), conforme destinação do lucro do exercício corrente descrita na nota explicativa nº 20, e dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$5, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Recebimento de dividendos - ETAU - Em 26 de março de 2013 a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$937 da ETAU.

Retificação da proposta da administração de distribuir dividendos da Brasnorte - A AGO de 30 de abril de 2013 retificou a proposta da Administração de distribuir os dividendos e deliberou pela retenção desses dividendos como reserva especial.

Pagamento de dividendos - Em 10 de junho de 2013, a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2012, no total de R\$359.285 (R\$0,34764 por ação ON e PN).

22. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo Taesa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões do Grupo Taesa possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O e de frota.

As concessões do Grupo Taesa, com exceção da NTE, ATE, ATE II e ATE III, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em atendimento ao contrato de financiamento do BNDES e do BID, a ATE, ATE II, ATE III e NTE contrataram seus seguros (risco operacional e risco civil) nos termos e nas condições aceitos pelo BNDES e pelo BID. Dessa forma, para essas Companhias, o seguro abrange todas as subestações e linhas de transmissão do projeto, tendo, ainda, como beneficiário nas suas apólices os próprios financiadores BNDES e/ou BID e repassadores, durante a vigência dos respectivos contratos de financiamentos.

Responsabilidade civil					
Concessão	Seguradora	Vigência	Taxa	Lmi	Prêmio Total
Taesa-ate	Fair fax brasil seguros corporativos s.a.	13/12/12 a 13/12/13	0,22%	10.000	22
Taesa-ate ii	Fair fax brasil seguros corporativos s.a.	13/12/12 a 13/12/13	0,33%	10.000	33
Taesa-ste	Fair fax brasil seguros corporativos s.a.	13/12/12 a 13/12/13	0,12%	10.000	12
Ate iii	Fair fax brasil seguros corporativos s.a.	13/12/12 a 13/12/13	0,15%	10.000	15
Taesa - tsn	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,13%	10.000	13
Taesa -patesa	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,01%	10.000	1
Taesa -gtesa	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,00%	10.000	1
Taesa -munirah	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,01%	10.000	1
Taesa -nvt	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,13%	10.000	13
Taesa -eteo	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,05%	10.000	5
Taesa-nte	Tokio marine brasil seguradora s.a.	19/08/12 a 19/08/13	0,02%	10.000	2
Total					118

Risco operacional (subestações, almoxarifado e instalações prediais)						
Concessão	Seguradora	Vigência	LMI (a)		Valor em risco	Prêmio total
			Subestações	Almoxarifados e instalações prediais		
TAESA-ATE	Itaú Seguros S.A. Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S.A.	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	373.546	249
TAESA-ATE II	Itaú Seguros S.A. Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S.A.	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	773.324	515
TAESA-STE	Itaú Seguros S.A. Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S.A.	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	188.620	126
ATE III	Itaú Seguros S.A. Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S.A.	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	551.691	367
TAESA-TSN	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	365.017	274
TAESA-GTESA	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	626	1
TAESA-PATESA	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	626	1
TAESA	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	8.555	6
TAESA-NVT	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	221.644	167
TAESA-ETEO	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	26.642	20
TAESA-NTE	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	50.000	15.982	236.100	177
TOTAL						1.903

Veículos próprios e terceirizados					
Concessão	Seguradora	Vigência	Cobertura	Total de veículos	Prêmio
TAESA-NTE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$600 (cada); Danos Morais R\$60; APP Morte e Invalidez R\$5 (cada)	10	16
TAESA-ETEO	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$600 (cada); Danos Morais R\$60; APP Morte e Invalidez R\$5 (cada)	13	27

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Veículos próprios e terceirizados					
Concessão	Seguradora	Vigência	Cobertura	Total de veículos	Prêmio
TAESA-GTESA/PATESA	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$600 (cada); Danos Morais R\$60; APP Morte e Invalidez R\$5 (cada)	2	4
TAESA-NVT	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$600 (cada); Danos Morais R\$60; APP Morte e Invalidez R\$5 (cada)	50	92
TAESA	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$600 (cada); Danos Morais R\$60; APP Morte e Invalidez R\$5 (cada)	3	3
TAESA-TSN	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$600 (cada); Danos Morais R\$60; APP Morte e Invalidez R\$5 (cada)	35	71
TOTAL					213

Diretores e gerentes					
Empresa	Seguradora	Vigência	Taxa	LMG (b)	Prêmio total
TAESA	Banco Fator	18/08/12 a 18/08/13	0,20%	10.000	20

- (a) Limite máximo de indenização.
(b) Limite máximo de garantia.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos abaixo mencionados, os objetivos da Companhia, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital exercidos pela Companhia.

Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
b) Risco de liquidez;
c) Risco de mercado; e
d) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Tipos de riscoa) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/06/2013	31/12/2012
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	131.378	538.696	64.676	123.868
Títulos e valores mobiliários	579.899	2.087.921	510.732	1.986.399
Clientes	159.188	155.073	148.958	96.055
Ativo financeiro	6.022.857	6.173.142	5.456.182	3.177.961
	6.893.322	8.954.832	6.180.548	5.384.283

- **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários de R\$711.277 (R\$2.626.617 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os depósitos vinculados são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprimento com suas obrigações.

- **Clientes e ativo financeiro**

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o O.N.S., as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: *"Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão."* São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao O.N.S., pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

A seguir descrevemos as principais vantagens desses mecanismos de proteção:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao O.N.S. o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As liquidações e seus respectivos prazos de vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 17. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos e debêntures, estão divulgados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contêm cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

CONSOLIDADO	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<u>Empréstimos e financiamentos e debêntures</u>						
- pós-fixada	269.849	12	688.324	2.879.016	1.950.149	5.787.350
- prefixada	10	30	16.911	74.003	95.830	186.784
TOTAL	269.859	42	705.235	2.953.019	2.045.979	5.974.134

CONTROLADORA	Até 1 mês	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<u>Empréstimos e financiamentos e debêntures</u>						
- pós-fixada	269.849	12	660.661	2.764.045	1.871.703	5.566.270
- prefixada	10	30	163	2.081	2.032	4.316
TOTAL	269.859	42	660.824	2.766.126	1.873.735	5.570.586

c) Riscos de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, inflação e captação de recursos impactem os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco cambial** - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de junho de 2013 a Companhia possuía 7% (R\$341.298) de sua dívida total (debêntures e empréstimos e financiamentos) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o BID) e ativos de R\$69.167 atrelados à taxa de câmbio (conta de reserva em dólar norte-americano - BID). Dessa forma, eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade - moeda estrangeira

A análise de sensibilidade de moeda estrangeira foi determinada com base na exposição às taxas de câmbio dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto ao final do período de relatório e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão, com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa, e é referenciada por fonte externa independente (cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenário A e cenário B, respectivamente). As outras variáveis, que não a taxa de câmbio, envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Operação em dólar norte-americano Risco: alta da taxa	Exposição/valor de referência	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2013 - aumento/(redução)		
		Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Ativos				
Conta de reserva - BID (circulante e não circulante)	R\$69.167	4.196	22.536	40.877
Passivos				
Financiamentos - BID	R\$341.298	(20.703)	(111.204)	(201.705)
Efeito líquido		(16.508)	(88.668)	(160.828)

Taxas utilizadas	Taxa em 30/06/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
PTAX	2,2156	2,3500	2,9375	3,5250

Fonte: A PTAX utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - mediana Top 5), em 9 de agosto de 2013.

Após a realização de um estudo, a Companhia concluiu que o melhor cenário a ser utilizado para projeção de indicadores consultados no Focus (BACEN) é o posicionamento pela mediana, em vez da média, uma vez que esta primeira indica o valor central, ou seja, exclui as extremidades (possíveis desvios).

- **Risco de taxa de juros** - Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 30 de junho de 2013, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis do Grupo era:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR INDEXADOR	30/06/2013	
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)		
CDI	634.152	574.143
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
TJLP	169	169
CDI	2.296.054	2.296.054
IPCA	1.951.798	1.951.798
LIBOR	209.453	-

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenário A e cenário B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição Risco: queda da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2013 - aumento (redução)		
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Consolidado			
CDI 634.152	7.678	442	(6.875)
Controladora			
CDI 574.143	6.951	400	(6.224)

Taxas utilizadas	Taxa anual acumulada até 30/06/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI	6,98%	9,50%	7,13%	4,75%

Fonte: A taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - mediana Top 5 de médio prazo), em 9 de agosto de 2013.

Após a realização de um estudo, a Companhia concluiu que o melhor cenário a ser utilizado para projeção de indicadores consultados no Focus (BACEN) é o posicionamento pela mediana, em vez da média, uma vez que esta primeira indica o valor central, ou seja, exclui as extremidades (possíveis desvios).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Análise de sensibilidade da taxa de juros variável - empréstimos e financiamentos e debêntures

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo, e que é referenciada por fonte externa independente (cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenário A e cenário B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada a variação das taxas variáveis, outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição Risco: alta da taxa	Efeito líquido resultado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2013 - aumento (redução)		
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Consolidado			
CDI	2.296.054	(27.798)	(53.714)
IPCA	1.951.798	8.801	(4.152)
TJLP	169	-	(1)
LIBOR	209.453	-	(223)
4.457.474	(18.997)	(58.090)	(96.828)
Controladora			
CDI	2.296.054	(27.798)	(53.714)
IPCA	1.951.798	8.801	(4.152)
TJLP	169	-	(1)
4.248.021	(18.997)	(57.867)	(96.381)

Taxas utilizadas	Taxa anual acumulada até 30/06/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI	6,98%	9,50%	11,88%	14,25%
IPCA	6,40%	5,47%	6,84%	8,21%
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
LIBOR	0,4264%	0,4264%	0,5330%	0,6396%

Fonte: O CDI e o IPCA utilizados no cenário provável foram estimados com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - mediana Top 5 de médio prazo), em 9 de agosto de 2013. A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas 9 de agosto de 2013, obtida no *site* do BNDES.

A Libor utilizada nos empréstimos com o BID é atualizada semestralmente, sempre nos meses de maio e novembro. A Libor é uma taxa de juros média estimada pelos principais bancos em Londres e divulgada pela agência Thomson Reuters. O BID a fornece à Companhia após cada amortização da dívida nos meses de maio e novembro.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia possui em 30 de junho de 2013 um contrato de *swap* de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento da taxa de juros do financiamento contratado com o BID pela ATE III, limitando sua exposição à Libor em 7%. Dadas às características do contrato, esse *swap* só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que a taxa Libor esperada

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

apresentada na análise supramencionada não ultrapassaram esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo.

Adicionalmente, considerando que o valor justo do prêmio pago por esse contrato de *swap* em 30 de junho de 2013 é de R\$367, o impacto no resultado da Companhia e de sua controlada ATE III no valor justo desse prêmio para os cenários de 25% e 50% está demonstrado a seguir:

	Efeito líquido resultado consolidado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2013 - aumento (redução)			
	Exposição/ valor de referência	Cenário provável	Cenário A (Deterioração de 25%)	Cenário B (Deterioração de 50%)
Contrato de swap - Libor	367	-	(92)	(184)

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- ✓ Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações.
- ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- ✓ Documentação de controles e procedimentos.
- ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- ✓ Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
- ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
- ✓ Padrões éticos e comerciais.
- ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.
- Riscos regulatórios - O Grupo está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.
- Risco de seguros - O Grupo contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações, com exceção das concessões NTE, ATE, ATE II e ATE III (vide nota explicativa nº 22). Apesar de a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, o Grupo estará sujeito à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para o Grupo.
- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades da Companhia e de suas controladas e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia e suas controladas têm à disposição poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia e por suas controladas, estas poderão não ser capazes de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Neste caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia e por suas controladas poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- **Risco técnico** - A infraestrutura das concessionárias do Grupo é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelo Grupo, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Risco de contencioso** - A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Títulos e valores mobiliários:** Aplicações financeiras avaliadas a valor justo e ao custo amortizado são valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Clientes:** A Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo O.N.S.
- **Ativo financeiro:** O ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a Taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado, e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 30 de junho de 2013.

- **Instrumentos financeiros derivativos:** os *swaps* de taxas de juros e os contratos de opção de compra de dólar norte-americano são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, com base na cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.
- **Empréstimos e financiamentos:** A Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (SANTADER - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- **Debêntures:** A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no site "debentures.com.br" próximo ao período de relatório. Com exceção da 2ª e 4ª série da 2ª Emissão e da 1ª série da 3ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, às demais séries apresentaram negociações no mercado secundário.

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

	Nota	30/06/2013		31/12/2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.378	131.378	538.696	538.696
Títulos e valores mobiliários	6	579.899	579.899	2.087.921	2.087.921
Clientes	7	159.188	159.188	155.073	155.073
Ativo financeiro	7	6.022.857	6.649.198	6.173.142	7.240.554
Instrumentos financeiros derivativos	17	367	367	967	967
		6.893.689	7.520.030	8.955.799	10.023.211
Passivos financeiros					
Fornecedores		17.704	17.704	26.417	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	748.959	748.959	1.055.336	1.055.336
Debêntures	16	3.838.441	3.747.390	3.682.699	3.779.450
		4.605.104	4.514.053	4.764.452	4.861.203
Controladora					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	64.676	64.676	123.868	123.868
Títulos e valores mobiliários	6	510.732	510.732	1.986.399	1.986.399
Clientes	7	148.958	148.958	96.055	96.055
Ativo financeiro	7	5.456.182	6.099.529	3.177.961	4.153.281
		6.180.548	6.823.895	5.384.283	6.359.603
Passivos financeiros					
Fornecedores		16.629	16.629	9.938	9.938
Empréstimos e financiamentos	15	407.629	407.629	17.743	17.743
Debêntures	16	3.838.441	3.747.390	3.682.699	3.779.450
		4.262.699	4.171.648	3.710.380	3.807.131

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

CONSOLIDADO	Nota	30/06/2013			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.378	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	382.333	69.167	128.399	-
Clientes	7	-	159.188	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.022.857	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	367	-	-	-
		514.078	6.251.212	128.399	-
Passivos financeiros					
Fornecedores		-	-	-	17.704
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	748.959
Debêntures	16	-	-	-	3.838.441
		-	-	-	4.605.104

CONSOLIDADO	Nota	31/12/2012			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
(Reapresentado)					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	538.696	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	1.877.000	101.522	109.399	-
Clientes	7	-	155.073	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.173.142	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	967	-	-	-
		2.416.663	6.429.737	109.399	-
Passivos financeiros					
Fornecedores		-	-	-	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	1.055.336
Debêntures	16	-	-	-	3.682.699
		-	-	-	4.764.452

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo através de resultado, foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

24. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, em 4 de dezembro de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, parágrafo 28, no desdobramento de ações, são emitidas ações ordinárias para os acionistas existentes sem nenhuma contrapartida adicional. Por isso, o número de ações ordinárias totais com os acionistas é aumentado sem aumento nos recursos. Dessa forma, o número de ações ordinárias totais com os acionistas antes do evento deve ser ajustado quanto à alteração proporcional na quantidade de ações ordinárias totais com os acionistas como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas, após o ajuste retrospectivo decorrente do desdobramento de ações, no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

RESULTADO POR AÇÃO	CONTROLADORA			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Resultado do período	102.403	273.549	73.946	169.768
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	68.522	183.042	57.113	131.123
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	691.553	691.553	610.553	610.553
Resultado do período proporcional às ações preferenciais (3)	33.881	90.507	16.833	38.645
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	341.944	341.944	179.944	179.944
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476
Resultado por ação preferencial - diluído = (*)	0,09908	0,26468	0,09354	0,21476

(*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDAReceita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota de prática contábil da Companhia. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica "Clientes" e "Ativo financeiro".

A seguir apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia e suas controladas:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	CONSOLIDADO			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Operação e manutenção	101.358	72.983	202.022	146.053
Construção e indenização	22.237	1.653	50.435	2.839
Remuneração do ativo financeiro	171.362	118.780	340.584	238.862
Parcela variável e outras receitas	(6.160)	(1.063)	(15.049)	(1.427)
Receita operacional bruta	288.797	192.353	577.992	386.327
PIS e COFINS	(12.354)	(6.918)	(25.225)	(13.918)
ISS	(11)	(11)	(22)	(21)
Cota para RGR e P&D (a)	(13.077)	(8.905)	(26.122)	(17.822)
Deduções da receita	(25.442)	(15.834)	(51.369)	(31.761)
Receita operacional líquida	263.355	176.519	526.623	354.566

	CONTROLADORA			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Operação e manutenção	84.349	66.844	163.383	133.772
Construção e indenização	18.022	1.653	41.723	2.839
Remuneração do ativo financeiro	140.882	103.275	265.645	207.638
Parcela variável e outras receitas	(3.986)	(1.002)	(8.602)	(1.367)
Receita operacional bruta	239.267	170.770	462.149	342.882
PIS e COFINS	(8.508)	(6.138)	(16.624)	(12.348)
ISS	(11)	(11)	(22)	(21)
Cota para RGR e P&D (a)	(10.809)	(7.916)	(20.784)	(15.844)
Deduções da receita	(19.328)	(14.065)	(37.430)	(28.213)
Receita operacional líquida	219.939	156.705	424.719	314.669

(a) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e à constituição de Reserva Global de Reversão - RGR dos serviços públicos.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis

	CONSOLIDADO			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Receita operacional bruta	288.797	192.353	577.992	386.327
(+/-) Efeitos de ajustes societários	73.935	56.266	144.722	111.709
Receita operacional bruta tributável	362.732	248.619	722.714	498.036

	CONTROLADORA			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Receita operacional bruta	239.267	170.770	462.149	342.882
(+/-) Efeitos de ajustes societários	60.503	50.628	112.993	100.652
Receita operacional bruta tributável	299.770	221.398	575.142	443.534

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	CONSOLIDADO			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
Rendimentos de aplicação financeira	35.212	(Reapresentado) 17.825	78.007	(Reapresentado) 27.992
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	5.846	-	4.726	-
Receitas financeiras	41.058	17.825	82.733	27.992
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(41.008)	(39.136)	(45.144)	(73.203)
- Debêntures	(90.383)	(39.153)	(189.576)	(82.943)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(1.628)	(2.030)	(3.835)	(2.704)
Despesas financeiras	(133.019)	(80.319)	(238.555)	(158.850)
	(91.961)	(62.494)	(155.822)	(130.858)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	CONTROLADORA			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicação financeira	32.154	16.635	69.609	25.724
Receitas Financeiras	32.154	16.635	69.609	25.724
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(4.151)	(35.454)	(6.764)	(67.477)
- Debêntures	(90.383)	(39.153)	(189.576)	(82.943)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(944)	(2.170)	(2.333)	(2.476)
Despesas financeiras	(95.478)	(76.777)	(198.673)	(152.896)
	(63.324)	(60.142)	(129.064)	(127.172)

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012 foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para seus empregados e de suas subsidiárias integrais a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em diário oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012 foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada, com adesão de 78,68% do nosso quadro efetivo em 30 de junho de 2013.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da FORLUZ. A principal patrocinadora da FORLUZ é a Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais (Patrocinadora-Fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela Autoridade Governamental Competente e se sujeitará à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora encontra-se totalmente coberto pelos ativos do plano.

A seguir apresentamos a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
<u>Consolidado</u>				
Despesas com previdência privada	312	712	1.061	712
<u>Controladora</u>				
Despesas com previdência privada	312	712	1.061	712

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção da linha - Com exceção das concessões a seguir descritas, todas as outras concessionárias do Grupo Taesa realizam as atividades de operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações com recursos próprios.

- ATE, ATE II, ATE III e STE - 100% das atividades relacionadas à operação e manutenção da linha e subestação são realizadas pela Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

O Grupo Taesa adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, com base na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e, por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA").

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

A seguir quadro detalhado das licenças ambientais das empresas que o Grupo possui participação:

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de Emissão	Vencimento	Renovação
TAESA (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/11/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/09/2021	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de Emissão	Vencimento	Renovação
TAESA (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	07/03/2008	07/03/2014	Licença renovada até 07/03/2014
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da licença de operação - LO.
	Goianinha - Mussurú (Concessão GTESA)	339/2003	21/08/2003	21/08/2007	Renovação solicitada em 04/02/2013 ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Paraíso - Açú (Concessão PATESA)	2011-045976/TEC/RLO-1017	13/01/2012	13/01/2014	Licença renovada até 13/01/2014
TAESA (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	13/06/2014	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/1999), válida até 13/06/2014
TAESA (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	30/09/2007	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/9)
	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	30/03/2007	
TAESA (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada por dez anos
TAESA (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016	Licença renovada até 26/09/2016.
TAESA (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/9)
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/9)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014	Licença renovada sob nº 2010/0000003814 até 25/10/2014
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	05/10/2014	Licença renovada até 05/10/2014
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/2012), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/2012) de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	10/12/2002	16/07/2015	-
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/2005	03/02/2005	28/08/2018	
LUMITRANS	Machadinho - Campos Novos	657/2007	25/09/2007	25/09/2013	Aguardando IBAMA SC
EBTE	Juína - Brasnorte	302381/2011	10/06/2011	09/06/2014	-
	Juba - Brasnorte	300899/2010	26/10/2010	25/10/2013	-
	Parecis - Brasnorte	299964/2010	08/07/2010	07/07/2013	Aguardando SEMA MT
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	300348/2010	16/08/2010	15/08/2013	Aguardando SEMA MT

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de Emissão	Vencimento	Renovação
STC	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013	Aguardando FATMA SC
	SE Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016	-
	SE Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014	-
ERTE	Vila do Conde - Castanhal- Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016	-
ECTE	Campos Novos - Blumenau	589/2007	03/12/2007	07/11/2015	-
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014	-
ESDE	SE Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016	-

Compensação ambiental - Os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

As compensações ambientais provisionadas pelo Grupo Taesa estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Para maiores informações vide nota explicativa nº 13, letra b.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Em 5 de julho de 2012 a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecimento, na modalidade *turn key*, de equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba oferece garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, ocultos dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Fiscalização ANEEL - Em prosseguimento ao processo de fiscalização econômico-financeira, *in loco*, realizada pela ANEEL no mês de dezembro de 2011, a TAESA recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/12-SFF, de 1º de março de 2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentados sete Não Conformidades e nove Constatações/Recomendações apuradas no período de quatro anos (2007 a 2010).

Destaca-se que esta foi a primeira fiscalização presencial sofrida pela Taesa, em seus 11 anos de atuação, quando foram fiscalizadas todas as concessões pertencentes ao Grupo. A Taesa encaminhou à ANEEL, tempestivamente, a Carta Taesa nº 082/12, apresentando suas manifestações em face do Termo de Notificação ANEEL nº 033/12, em que argumenta as constatações registradas pelos Fiscais e comunica que recomendações serão implementadas nos prazos estabelecidos pelo Regulador. Na oportunidade, conforme procedimentos descritos nos ritos dos processos administrativos da Agência, a Taesa solicitou o arquivamento do Termo de Notificação ANEEL, visto que as constatações foram resolvidas e/ou esclarecidas pela Companhia, que, por sua vez, se comprometeu com os prazos determinados para ajustes de alguns procedimentos. A resposta ao pleito da Taesa

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

deverá ser expedida até o fim do exercício de 2013. As constatações apontadas na fiscalização realizada pela ANEEL não impactarão financeiramente a Taesa e estão sendo devidamente atendidas/implementadas, conforme orientações da fiscalização.

Multa IBAMA - Em 2002, a TSN foi autuada pelo IBAMA por construir uma parte da linha de transmissão em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo Instituto. Esse ato, à época, gerou a lavratura de um auto de infração, momento em que a TSN apresentou recurso em face da lavratura do auto. Em outubro de 2012, o IBAMA/GO proferiu decisão definitiva sobre o caso, mantendo a multa aplicada à época no valor de R\$100 mais correções, totalizando R\$129, valor este pago pela Companhia em 10 de janeiro de 2013.

Incorporação do ATE III - A Resolução Autorizativa Aneel nº 4.154, de 18 de junho de 2013, anuiu a transferência da ATE III Transmissora de Energia S.A., mediante incorporação desta pela Taesa. O prazo para implementação da operação estabelecida é de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Resolução, ocorrida em 27 de junho de 2013.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 30 de junho de 2013 a Companhia realizou algumas atividades não envolvendo caixa, decorrentes da incorporação de subsidiárias integrais conforme detalhado na nota explicativa nº 1, que foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa da controladora, exceto o caixa oriundo dessas incorporações apresentado nas atividades de investimentos.

Segue abaixo os ativos e passivos incorporados no período findo em 30 de junho de 2013:

Balanço incorporado	Saldos incorporados
Caixa e equivalentes de caixa	143.278
Títulos e valores mobiliários	27.817
Clientes	49.357
Ativo financeiro	2.391.431
Impostos e contribuições sociais	34.991
Dividendos a receber	21.024
Depósitos judiciais	7.556
Outras contas a receber	8.209
Outros ativos	2.930
Imobilizado	71
Intangível	2.580
Total dos ativos	2.689.244
Fornecedores	8.913
Empréstimos e financiamentos	269.279
Taxas regulamentares	10.267
Impostos e contribuições sociais	18.602
Impostos, contribuições e tributos diferidos	325.685
Dividendos a pagar	72.387
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	2.075
Outras contas a pagar	14.976
Total dos passivos	722.184
Acervo contábil líquido incorporado	1.967.060

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****31. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Aquisição de coligada - Fato Relevante - Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2013 - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") divulga, com base no § 4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 369/02 e nº 449/07, aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados que sua coligada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") celebrou, nesta data, um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng") para a aquisição de 10% do capital social total das transmissoras Companhia Transudeste de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão ("Transmissoras"). A EATE pagará pela aquisição das Transmissoras R\$34.100, corrigido pela SELIC a partir de 31/12/2012.

Serão descontados do preço quaisquer pagamentos de proventos efetuados pelas Transmissoras à Orteng a partir de 31 de dezembro de 2012, tais como dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, acordos com e/ou pagamentos a partes relacionadas, incluindo os valores dos dividendos referentes aos exercícios de 2011 e 2012 pagos a partir de 01/01/2013.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela EATE estarão sujeitas à ocorrência de condições suspensivas, destacando-se: (i) autorização prévia e expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, (ii) autorização prévia e expressa de credores financeiros e, (iii) autorização prévia e expressa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

A TAESA manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento da transação.

* * * * *

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DIRETORIA	
NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULARES	SUPLENTES
Djalma Bastos de Moraes	Flávio de Almeida Araújo
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
John Michel Pimenta de Moraes Streithorst	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Sandro Rocha Peres	Gerson Gonçalves da Silva
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Marcelo Souza Monteiro (Independente)	Maurício Antônio Rosa (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Maurício Luis Luchetti (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Luiz Ricardo da Câmara Lima	Jorge Kalache Filho

CONSELHO FISCAL	
TITULARES	SUPLENTES
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Cláudio Canalis Goulart	Maria Cristina Soares Magalhães Alves
Clayton Ferraz De Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Isabel da Silva Ramos	Fábio César Baptista dos Santos

**Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49**

findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2013

José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601, 602, 1002 e 1003, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 2º trimestre de 2013, findo em 30 de junho de 2013. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2013

Clayton Ferraz de Paiva

Cláudio Canalis Goulart

Isabel da Silva Ramos

José Maria Rabelo

Jorge Khoury Hedaye

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2013, findo em 30 de junho de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2013.

José Aloise Ragone Filho
Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 2º trimestre de 2013, findo em 30 de junho de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2013.

José Aloise Ragone Filho
Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico